



Relatório e Contas do Exercício 2017

a Beneficente
Póvoa de Varzim

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA



ÍNDICE

Convocatória	3
Relatório da Direção	5
Balanço	34
Demonstração dos Resultados Por Naturezas	35
Demonstração dos Fluxos de Caixa	36
Demonstração dos Resultados Por Funções	37
Conta de exploração resumida (ano 2016 e 2017)	38
Gráficos de Gastos e Rendimentos do exercício	39
Gráficos de Evolução Gastos e Rendimentos	40
Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	41
Parecer do Conselho Fiscal	63
Certificação Legal das Contas	64



Edifício - sede

Serviços Administrativos
Rua Fernando Barbosa, 89



Edifício - sede

Serviços Sociais
Rua Fernando Barbosa, 89

Edifício António Quintas/Edifício Sr^a da Conceição
Creches
"Nossa Senhora da Conceição"
e "Santo António"
Rua 1^o de Maio, 29/27



Edifício Monsenhor Pires Quesado

Creche, Jardim-de-infância e ATL
Rua José Régio, 197

Edifício Santo António

Jardim-de-infância
Rua da Conceição, 11





A BENEFICENTE - PÓVOA DE VARZIM
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Convocatória

Assembleia Geral Ordinária

Nos termos da Lei e do disposto no n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da Associação de Solidariedade Social "A Beneficente - Póvoa de Varzim", convoco todos os Associados no gozo dos seus direitos, a participar na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 26 de março de 2018, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre da sede desta Associação, sita na Rua Fernando Barbosa n.º 89, nesta cidade, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1) Apreciação e aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2017 e do Parecer do Órgão de Fiscalização.
- 2) Trinta minutos para apreciação de qualquer assunto de interesse para a Associação

Se, à hora marcada, não se encontrar presente mais de metade dos associados com direito a voto, a Assembleia funcionará trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, no mesmo local e com a mesma Ordem de Trabalhos, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º dos Estatutos.

Os documentos pertinentes poderão ser consultados na sede da Associação, durante as horas de expediente, pelos associados que tenham as quotas em dia.

Póvoa de Varzim, 05 de março de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. Valdemiro Laiete Maia)

Rua Fernando Barbosa, 89 4490-635 Póvoa de Varzim
T. 252 690 730 \ F. 252 690 734 \ Email: geral@abeneficente.pt

Área Social \ Refeitório (Cantina Social) \ Balneário \ Centro de Dia \ Apoio Domiciliário \ Área de Infância e Juventude \ ATL Sede \
Creche N. Sra. da Conceição \ Creche Sta. António \ Jardim de Infância Sta. António \ Creche, Jardim de Infância e ATL Monsenhor Pires Quesado
Fundada em 1.1.1986 \ Alvará de Governo Civil do Porto de 1.8.1986 \ Registo nº 01/2018 \ NIF 501 406 271 \ NISS 200 04 8787 77



Imagem da Caridade
Símbolo de “A Beneficente”

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados

A Direção apresenta a V. Ex^{as} o Relatório e Contas de exercício do ano de 2017, o Parecer do Órgão de Fiscalização, e a Certificação Legal de Contas, dando assim cumprimento ao estipulado na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º dos Estatutos da Associação, em conformidade com o preceituado no Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2015, de 28 de Julho.

I - Apreciação Geral do Exercício

Na apreciação deste exercício de 2017, verificamos um aliviar das medidas de contenção, com pequenas intervenções de melhorias e ajustes ao nível da racionalização de todos os recursos, sem nunca desviarmos do princípio da nossa eficiência e ganho nessa prestação dos serviços que prestamos, e sempre, com o propósito, de se obter resultados melhores e mais eficazes.

Esta aposta assenta num trabalho desenvolvido por toda uma equipa, que no desempenho diário dão o seu melhor, permitindo que nada falte àqueles que nos procuram pelas mais variadas razões.

Continuaremos a assistir a acontecimentos comoventes de desgraça, requerendo uma intervenção urgente nessa cooperação e ajuda dos que dela necessitam, para que a situação possa ser enfrentada com serenidade e diluídas as marcas mais ásperas.

A Direção, durante este exercício de 2017, continuou o trabalho que vem desenvolvendo de reajustamento e de redefinição de estratégias e soluções, visando criar sempre novos métodos de sustentabilidade da Instituição, de forma a podermos responder aos mais variados desafios e necessidades que nos são impostas pelas famílias que se socorrem desta Instituição, com respostas satisfatórias e apropriadas para todos aqueles que procuram a “A Beneficente”.

Neste exercício de 2017, destacamos a atividade desenvolvida pelos técnicos, integrada no programa operacional de intervenção social e emprego (POISE), no âmbito do RLIS (Rede Local de Intervenção Social), cujo objetivo é promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação, e cuja prioridade é a melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral. O RLIS é uma operação integrada de entidades com responsabilidades no desenvolvimento da ação social, que visa potenciar uma atuação dos diversos organismos/entidades para promover a implementação de novos mecanismos de atuação em diferentes estratégias de acção, com respostas às necessidades sociais, nomeadamente: atendimento de pessoas / famílias em situação de vulnerabilidade / exclusão social / emergência social, assegurando um apoio técnico no sentido de prevenir problemas sociais.

Foi elaborado um protocolo com o Instituto da Segurança Social, Centro Distrital do Porto, em que esta Instituição, pela Lei Bases do Sistema da Segurança Social, define como um dos objetivos fundamentais do subsistema de ação social, a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socio-económicas, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas, e o desenvolvimento das respetivas capacidades. É na concretização destes objetivos da Ação Social, que o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, designado por SAAS, regulamentado pela Portaria n.º188/2014, de 18 de setembro, republicada pela Portaria n.º137/2015, de 19 de maio, regulamentada pela Despacho n.º 5743/2015, de 29 de maio e Declaração de Retificação n.º 485-B/2015, de 12 de junho, reveste-se de grande importância, contribuindo para uma proteção especial aos grupos mais vulneráveis através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos adequados a cada situação, tendo em vista a promoção da melhoria das condições de vida e bem-estar das populações, condições essas, facilitadoras da inclusão social.

A durabilidade deste programa é de 3 anos, que teve início no final do exercício de 2016 e termina em setembro de 2019. Neste âmbito, foi aprovado o montante de 349 369,00 €. A modalidade de financiamento é o regime de custos reais.

No exercício de 2017, a Instituição incorporou mais um programa, que tem a designação PO APMC, (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas), este programa tem como ambição melhorar o modelo de ajuda alimentar da UE, estando explicado no Regulamento geral do FEAC e no Regulamento específico do (PO APMC), a necessidade de assegurar a oferta de alimentos que sejam nutricionalmente adequados. Esta medida é formalizada em parceria com o Banco Alimentar e o Instituto da Segurança Social, que tem como objetivo o envolvimento concertado e a consolidação de sinergias destas entidades na concretização da operação apresentada em parceria à Tipologia de Operações 1.2.1. - Distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), que tem como objetivo distribuir às pessoas mais carenciadas do território, géneros alimentares, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social daquelas.

O Banco Alimentar, aqui, assume a função de entidade coordenadora e a função de polo de receção.

A Beneficente, assume a função de entidade mediadora, tendo por obrigação distribuir os produtos aos destinatários finais, elaborar e atualizar as listas dos destinatários finais.

São considerados destinatários finais desta medida os indivíduos e/ou as famílias que se encontrem em situação de carência económica, equiparado ao conceito aplicável no âmbito do subsistema de ação social pelo organismo responsável pela execução das políticas de proteção social.

São ainda destinatários finais as pessoas sem-abrigo e as pessoas na situação de indocumentadas, de acordo com as regras em vigor no subsistema de segurança social.

No âmbito da Tipologia de Operações 1.2 é ainda elegível o desenvolvimento de ações de acompanhamento, que permitam capacitar as famílias e/ou as pessoas mais carenciadas na seleção dos géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, na prevenção do desperdício e na otimização da gestão do orçamento familiar, nomeadamente através de sessões de esclarecimento e/ou de sensibilização e informação.

Em relação ao financiamento, a entidade mediadora irá receber 1% do valor do financiamento para distribuição, e 5% do valor do financiamento para as medidas de acompanhamento.

II . Respostas Sociais dirigidas à População

- Área Social

A Área social está em funcionamento no edifício Sede

a) Refeitório/Cantina Social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinado ao fornecimento de refeições. Esta resposta Social Refeitório, apelidado por “Sopa dos Pobres”, é o serviço mais antigo da Associação, em funcionamento desde setembro de 1906.

A Cantina Social é uma resposta social destinada ao fornecimento de refeições, a pessoas e famílias que se apresentem em situações sociais de grande carência económica e vulnerabilidade social, através de uma intervenção de caráter imediato.

De segunda-feira a sábado, é fornecida uma refeição, constituída por sopa, prato, pão e sobremesa, em refeitório ou, em algumas situações excecionais, nomeadamente agregados com crianças, poderão ser levadas pelo beneficiário, para consumo no domicílio.

O propósito desta resposta, não se confina apenas ao apoio alimentar, tem também como objetivos principais sinalizar e diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento promovendo a plena integração social de todos os utentes.

A admissão nesta resposta é validada após uma avaliação à situação socioeconómica e familiar do titular do pedido, priorizando-se situações de isolamento e/ou inexistência de suporte familiar e ainda situações encaminhadas pelas diferentes entidades locais.

Após a avaliação e parecer da técnica, a integração só será efetivada após diferimento da direção. Posteriormente, o utente é informado e esclarecido sobre o conteúdo do Regulamento Interno da Cantina Social

Taxa de ocupação/ capacidade da resposta social

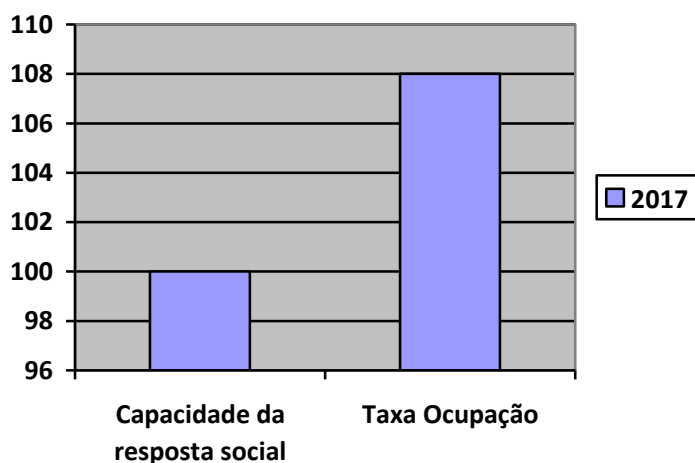


Gráfico n.º 1 - Capacidade da resposta

Verificou-se que a resposta social Refeitório/Cantina Social ao longo do ano de 2017 apresentou uma frequência superior à capacidade estipulada em acordo. Tendo em conta uma média mensal, 108 utentes foram apoiados a nível alimentar, tendo sido Maio e Junho os meses com maior procura e Dezembro o mês com menor afluência ao serviço.

Frequência dos serviços

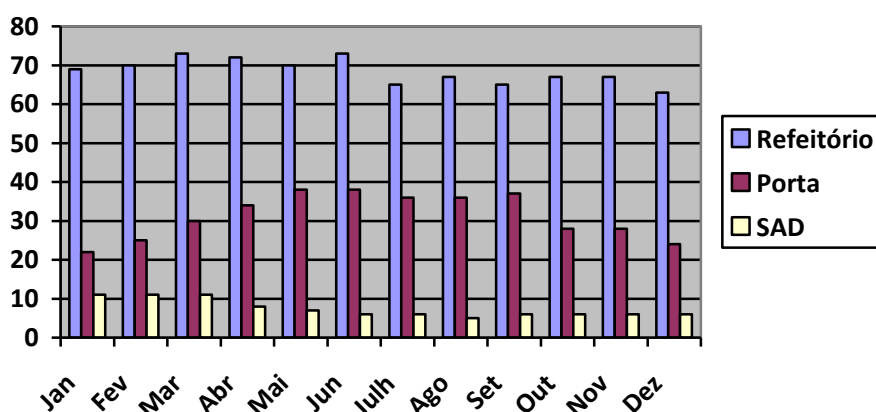
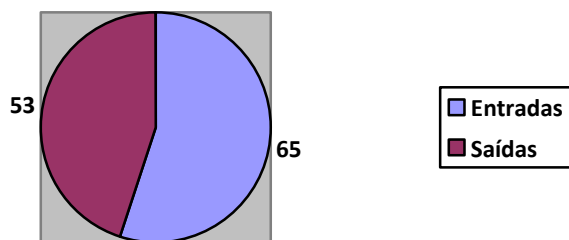


Gráfico n.º 2 - Frequência dos serviços

Os utentes da resposta cantina social, estão divididos em espaço físico de refeitório (a grande maioria), em serviço de “porta” onde levam diariamente uma refeição já confeccionada para os seus domicílios e uma pequena minoria que beneficia do transporte do serviço de SAD e recebe a refeição no próprio domicílio. Em média, no ano de 2017, cerca de 68 utentes frequentaram o espaço de refeitório no estabelecimento-sede, cerca de 31 levantaram refeição e uma média de 7 receberam no seu próprio domicílio. Em comparação com o ano anterior, a frequência no refeitório e levantamento à porta é semelhante, já as refeições entregues pelo SAD diminuíram.

Movimento de entradas e saídas



No ano de 2017 foram admitidos na resposta social de Refeitório/Cantina Social 65 novos utentes. Do mesmo serviço e no mesmo espaço de tempo saíram 53 utentes. Comparativamente ao ano transato verificou-se um aumento quer na procura, quer nas desistências, o que revela a permanência na frequência dos utentes mais antigos.

Gráfico n.º 3 - Movimento registado na resposta

Caraterização dos utentes por classe etária e género

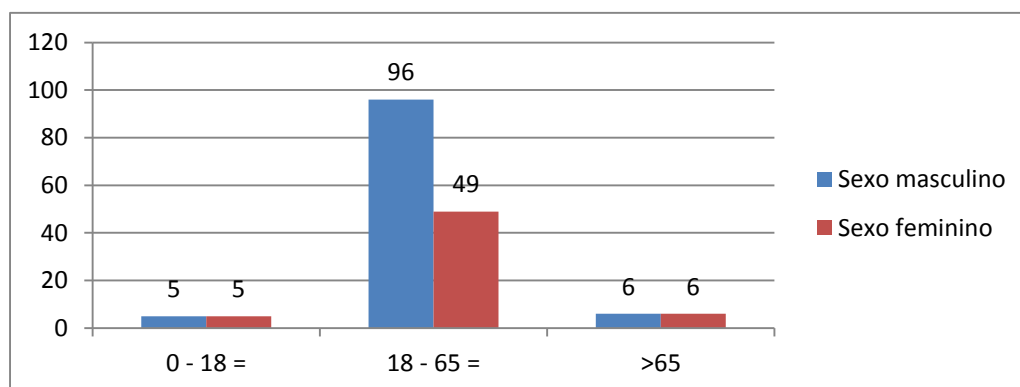


Gráfico n.º 4 - Caraterização dos utentes por classe etária e género

Ao longo do ano de 2017 registou-se frequência de apenas 10 menores, 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino. Dos 10 menores, apenas 1 frequentou o refeitório, trata-se de um jovem, 17 anos, inserido em meio escolar que só frequenta o Refeitório/Cantina Social aos sábados e em períodos de interrupções letivas. Os restantes estão inseridos nos agregados que levantam as refeições à porta. Registaram-se também 157 adultos, 96 do sexo masculino e 49 do sexo feminino, uma vez mais, vez é notória a maior procura da resposta pelos homens. Relativamente aos idosos, são poucos a frequentar a resposta devido aos rendimentos inerentes a esta faixa etária, com mais de 65 anos temos 12 utentes, 6 do sexo masculino e 6 do sexo feminino, apoiados devido a motivos de precariedade económica e/ou social. Dados que perfazem um número total de 167 elementos que passaram no serviço durante o ano em análise.

Proveniência dos utentes

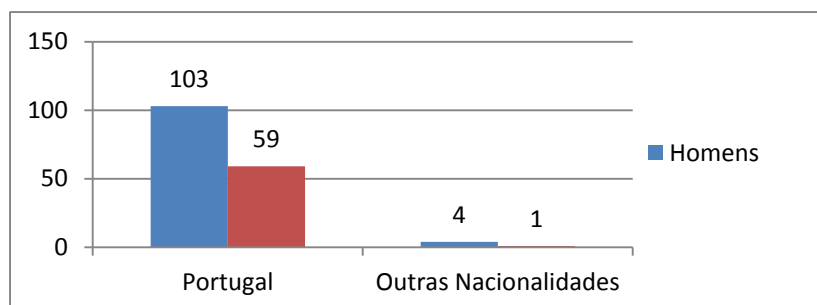


Gráfico n.º 5 - Nacionalidade dos utentes

No ano de 2017 a grande maioria dos utentes que frequentou a resposta social em análise foram de nacionalidade portuguesa, tendo apenas 5 utentes de outras nacionalidades, 4 utentes da Ucrânia e 1 utente do Brasil.

Motivos das saídas/desistências

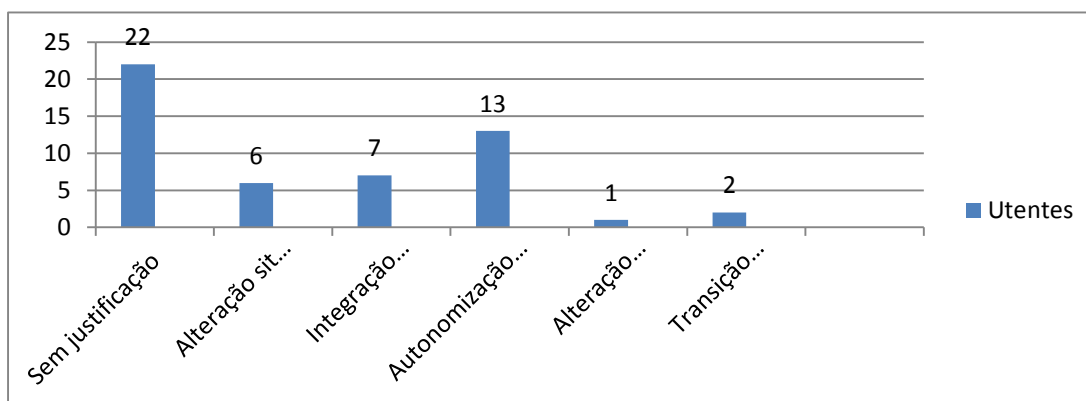


Gráfico n° 6 - Causas das saídas registadas nas respostas

A maioria das desistências, à semelhança de anos anteriores, é feita sem darem qualquer justificação. A alteração da condição económica do agregado foi outros dos fatores preponderantes para as saídas ocorridas. A maioria das desistências, à semelhança de anos anteriores, é feita sem darem qualquer justificação. A autonomização do agregado foi outros dos fatores preponderantes para as saídas ocorridas.

Caraterização dos utentes por problemáticas

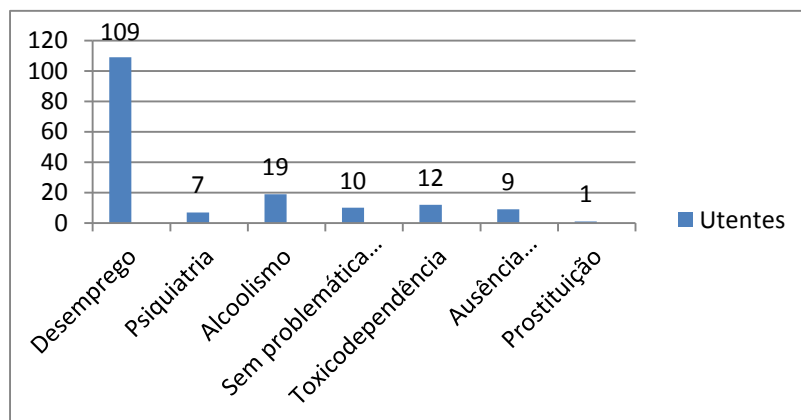


Gráfico n° 7 - Caraterização dos utentes por problemáticas

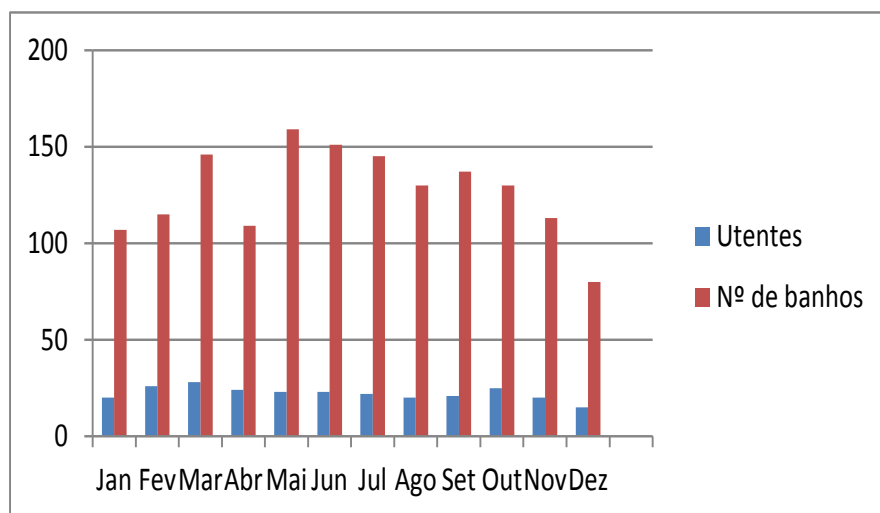
O desemprego continua a ser maior problemática associada à população do Refeitório/Cantina Social e extensível a todas as situações apoiadas. No entanto e concretizando mais a caraterização da população-alvo, encontramos outros problemas associados, conforme identificados no gráfico anterior.

O alcoolismo e a toxicodependência continuam a ser uma constante com predominância no sexo masculino. No item “sem problemática associada” estão inseridos apenas os menores, inseridos nesta resposta pelas problemáticas vividas pelos pais.

b) Balneário

O serviço de balneário funciona de segunda a sexta-feira, das 9:00 horas às 11:00 horas, e proporciona os cuidados de higiene a cerca de 22 utentes, registando uma frequência mensal de 127 banhos e consequentemente de tratamento de roupa. Este serviço por ser o único que oferece de forma gratuita a possibilidade de realizar os cuidados de higiene, e tratamento de roupa, tem tido uma crescente procura, fruto do encaminhamento de diferentes entidades. A prevenção das doenças é umas das funções deste serviço, visto frequentarem a Associação alguns sem-abrigo e utentes sem condições habitacionais que permitam realizar os seus cuidados de higiene.

Frequência do serviço



Através do gráfico podemos analisar a frequência dos utentes no serviço entre os meses de Janeiro a Dezembro. A média mensal de utentes é de 24 e a de banhos é de 130. A maior preponderância de procura do serviço foi no mês de Dezembro, ao contrário do ano anterior em que a maior procura situou-se nos meses de Verão.

Gráfico nº1 – Registo de frequência no serviço de balneário

c) Serviço de Apoio Domiciliário

O serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para apoiar 60 utentes, é uma Resposta Social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

O recurso a esta resposta tem vindo a implantar-se, demonstrando claramente a adesão das populações a esta modalidade de serviços como forma de responder a alguns dos seus problemas. Particularmente, no que se refere às pessoas idosas, a prestação destes serviços coloca-se hoje como exigência de vida normal e integrada, possibilitando-lhes por essa via a permanência no seu meio habitual de vida.

Esta resposta tem como principais objetivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização.
- Assegurar aos indivíduos e famílias satisfação de necessidades básicas;
- Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;

Para a prossecução dos objetivos referidos anteriormente compete ao SAD garantir ao utente:

- O respeito pela sua individualidade e privacidade;
- O respeito pelos seus usos e costumes;
- A prestação de todos os cuidados adequados à satisfação das suas necessidades, tendo em vista manter ou melhorar a sua autonomia;
- A articulação com os serviços da comunidade.
- Elaboração e avaliação de um plano de cuidados tendo em conta as necessidades individualizadas de cada utente.
- A prestação dos serviços deve ser assegurada por pessoal com formação adequada.

- Nas situações de dependência que exijam recurso a ajudas técnicas, o SAD pode providenciar o seu aluguer/ cedência, de forma a garantir o bem-estar do utente e proporcionar melhores condições de trabalho às equipas.

O SAD disponibiliza os seguintes serviços:

- Refeições:

O nosso serviço de Apoio Domiciliário pretende dar a todos os utentes qualidade de vida, associada a uma segurança depositada na nossa Associação e nas nossas equipas. O objetivo principal na área da alimentação é garantir diariamente a cobertura das necessidades de refeições fornecidas aos utentes. As refeições são entregues no domicílio entre as 12h15m e as 13h15m.

- Higiene pessoal e cuidados de imagem:

As higiene pessoais e cuidados de imagem são necessárias à qualidade de vida do utente. Cada utente deve ser tratado com respeito pela sua identidade, hábitos e modos de vida e, sempre que for realizada a higiene diária, as colaboradoras devem ter em conta o assegurar a sua privacidade e estabelecer uma relação utente/colaboradoras para permitir que se criem laços de empatia, compreensão e tranquilidade. O serviço de Apoio Domiciliário realiza higiene diárias, da parte da manhã entre as 8h00 e as 12h15m, aproximadamente, e da parte da tarde das 14h15m às 16h25m.

- Tratamento de roupa:

Este serviço permite que a roupa de uso pessoal do utente seja lavada e tratada na lavandaria da Associação para, posteriormente ser entregue no seu domicílio.

- Higiene habitacional:

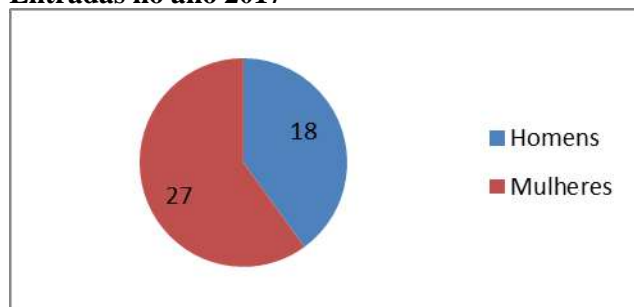
As higiene habitacionais referem-se a limpezas no estritamente necessário à natureza do apoio a prestar. Assim, normalmente, aos utentes prestam-se serviços como a organização de armários e recolha de roupa suja, despejo do lixo doméstico, lavar casa de banho, mudar roupa e/ou fazer cama, lavar louça, entre outros.

- Outros serviços:

Estes serviços representam o apoio nas atividades instrumentais da vida quotidiana, como por exemplo, a assistência medicamentosa, execução de pequenos curativos, medir níveis de glicemia, administrar insulina, compra de medicamentos ou produtos de higiene, pequenos recados. Deste ponto, destaca-se ainda a realização de atividades culturais e sociais e o apoio psicossocial, apoio informativo e formativo.

Gráficos correspondentes ao movimento de entradas e saídas no ano 2017

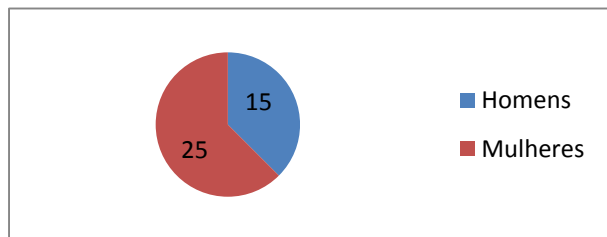
Entradas no ano 2017



No ano de 2017 registaram-se 45 admissões, sendo 18 referentes ao sexo masculino e 27 referentes ao sexo feminino.

Gráfico nº1

Saídas no ano 2017



Quanto ao número de saídas no ano de 2017, registaram-se 40 no total, sendo 25 referentes ao sexo feminino e 15 referentes ao sexo masculino.

Como se pode verificar, há semelhança dos anos anteriores, a procura dos Serviços de Apoio Domiciliário, continua a ser predominante no género feminino.

Gráfico n°2

Movimento Anual de entradas e de saídas no ano 2017

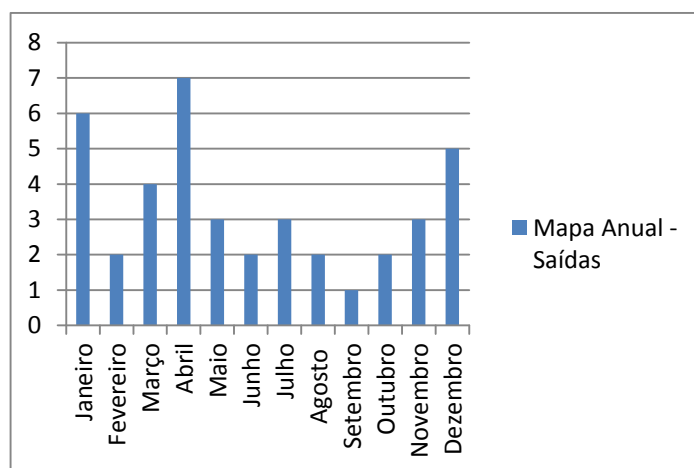
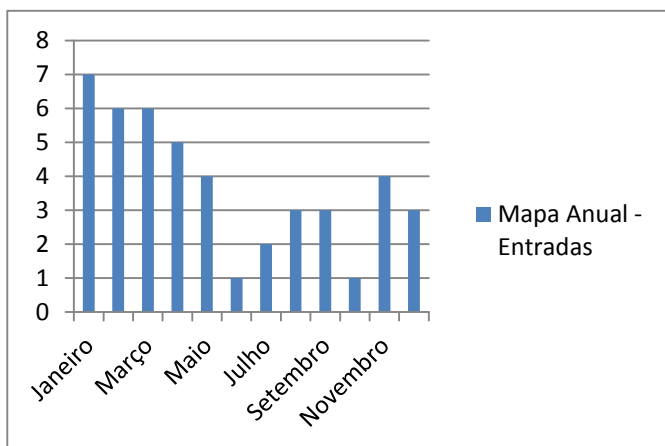
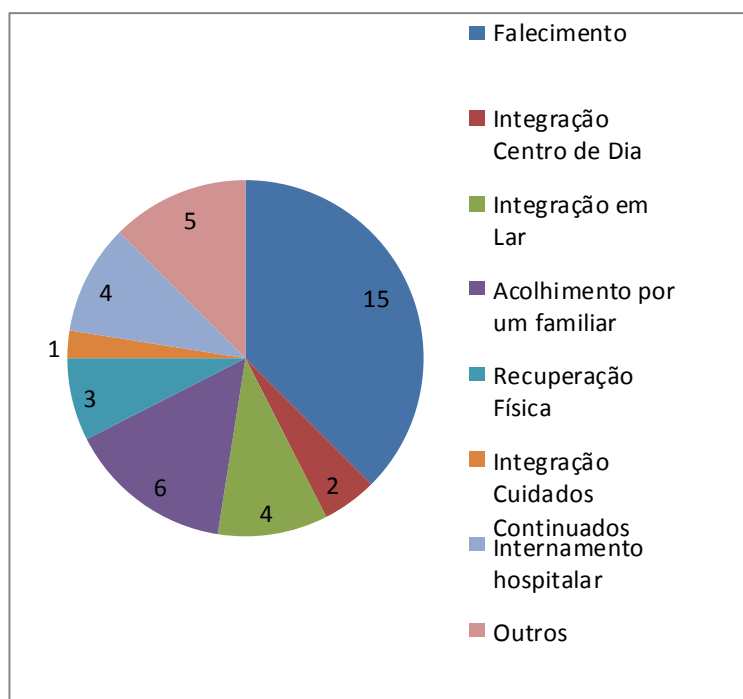


Gráfico n° 3 e 4

Pela análise dos gráficos podemos constatar que houve uma maior procura do serviço no mês de Janeiro e um maior número de saídas no mês de Abril.

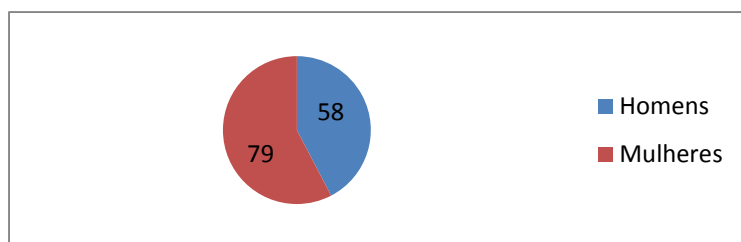
Motivos das saídas



O motivo mais predominante das desistências do serviço de apoio domiciliário está relacionado com o falecimento dos utentes, no entanto, existem também outros motivos de saída com maior relevância, como o acolhimento familiar, a integração em lar e o internamento hospitalar. Ao contrário dos anos anteriores, o acolhimento familiar é superior à integração em lar.

Gráfico n°5

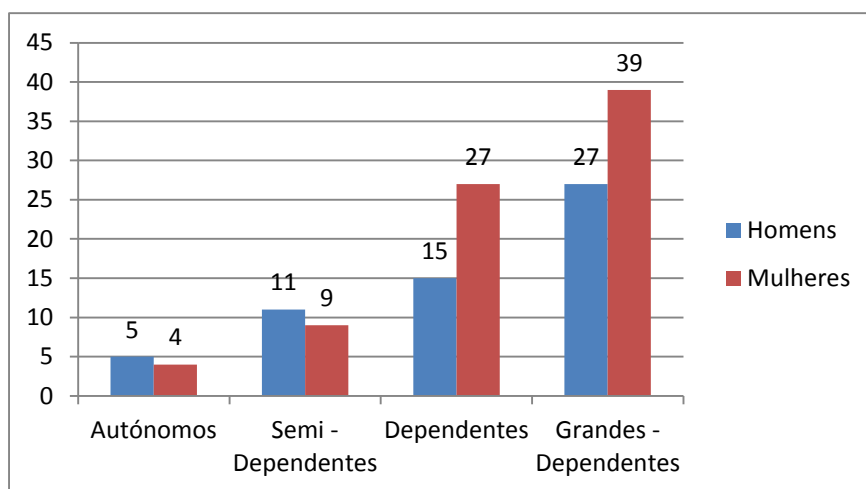
Número de utentes em 2017



Ao longo do ano de 2017 foi prestado serviço de apoio domiciliário a 137 utentes, 58 do sexo masculino e 79 do sexo feminino.

Gráfico nº 6

Grau de dependência



Em termos de autonomia, no geral, é-nos solicitado com mais frequência apoio domiciliário para utentes com grande dependência. Já a diferença de autonomia entre o sexo masculino e feminino, nos homens há uma predominância dos utentes autónomos e semi-dependentes, já nas mulheres prevalecem as utentes com grande dependência

Gráfico nº7

No mês de Dezembro de 2017, o SAD prestou apoio a 88 utentes, repartidos pelos diversos serviços conforme apresenta o gráfico.

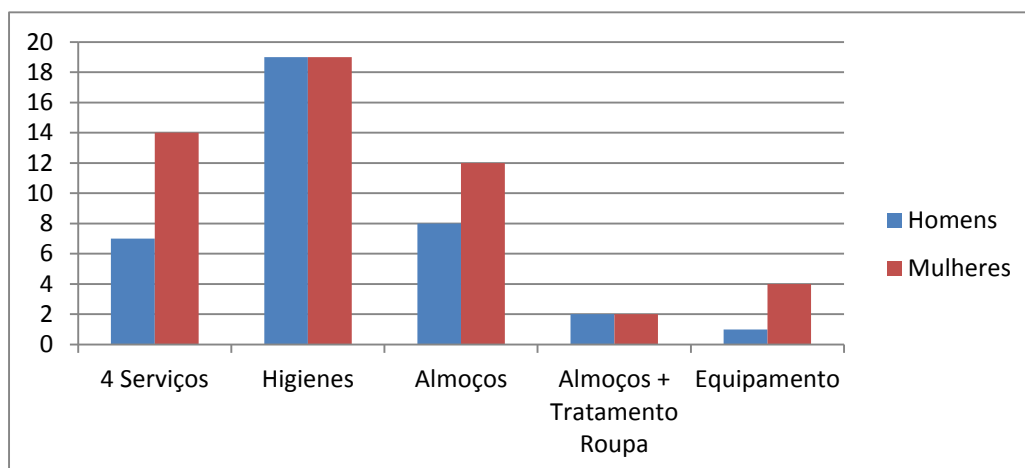
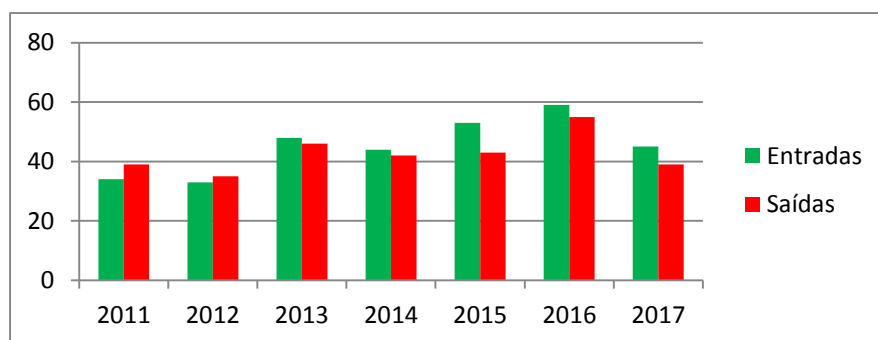


Gráfico nº 8

Relação de entradas e saídas nos últimos 7 anos



Como podemos verificar através da análise deste gráfico, ao longo dos últimos 7 anos as entradas no Serviço de Apoio Domiciliário tendem a prevalecer em relação ao número de saídas.

Gráfico nº 9

Atividades lúdicas

Ao longo de todo o ano, a Equipa do Serviço de Apoio Domiciliário tem o objetivo de envolver todos os utentes nas épocas festivas, tentando levar até eles um pouco de animação característica das datas, pois, dada a impossibilidade de saírem dos seus domicílios, muitas destas datas são relembradas apenas por esta iniciativa do serviço.

Atividades realizadas



Carnaval 2017



Dia do Pai e Mãe 2017



Lembrança Páscoa



Natal 2017

d) Serviço de Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social desenvolvida em equipamento integrado no edifício sede de “A Beneficente”. Tem como missão contribuir para dignificação da população Sénior, valorizando a sua experiência de vida e apostando na manutenção de uma existência ativa.

Esta resposta social está em atividade desde Janeiro de 1992, com a disponibilidade de um espaço condigno que se destina a proporcionar serviços de apoio e convívio a idosos, sendo a sua capacidade para 40 utentes, onde permanecem das 9h00 às 17h00, realizando atividades acompanhadas e orientadas por técnicos.

É uma resposta social que contribui para a valorização pessoal, através de partilha de conhecimentos e experiências pessoais, proporcionando ainda durante o dia a concretização de necessidades básicas pessoais.

Como esta população é por vezes afetada por diferentes graus de dependência contribui-se assim para a sua manutenção no seio familiar.

Tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida, e possibilitar a sua manutenção nos seus próprios domicílios, sem ter que recorrer à institucionalização, potencializar um conjunto de ações destinadas a promover a convivência, participação e integridade dos indivíduos na vida social.

Os serviços prestados nesta resposta são os seguintes:

- Apoio Social e burocrático quando necessário
- Alimentação de 2ª feira a sábado
- Higiene pessoal de 2ª feira a 6ª feira
- Tratamento de roupas de 2ª feira a 6ª feira
- Acompanhamento ao exterior/médico quando solicitado
- Transporte
- Convívio, passeios, visita guiadas e atividade física

A programação existente no ano 2017

Classe de movimentos - Com objetivo de melhorar as capacidades físicas e intelectuais prevenindo possíveis atrofias.

Atividades de animação - Tem como finalidade criarem um conjunto de atividades que vão de encontro aos interesses e suas capacidades, proporcionando-lhes a ocupação do tempo de uma forma lúdica, através de momentos de convívio/confraternização.

Aquisição de bens - Possibilita a aquisição de bens de forma a promover-lhes a autonomia.

Passeios/Visitas - Proporcionam convívio/ distração, com o visitar lugares que por vezes desconhecem.

Cabeleireiro - Dá a possibilidade de adquirirem autoestima e diminuir as dificuldades sentidas para se deslocarem.

Parabéns - Pretende-se, que este dia seja um espaço onde a festa em honra do utente, se celebre num ambiente de alegria e afeto.

Imprensa diária - Forma de informar e manter hábitos de leitura.

Não foi esquecido que estamos a lidar com o ser humano o que requer um extremo cuidado a todos os níveis. Por isso manteve-se ao longo do ano, uma constante inovação de atividades sobre o lema, sempre ativos para se manterem saudáveis, integrando-se no mundo em que vivemos.

Atividades desenvolvidas no centro de dia

- Cuidados de higiene pessoal e imagem



- Movimento e exercício físico



Ginástica

- Atividades sociais, recreativas e cognitivas em 2017

Carnaval com IPSSs locais; Visita ao museu Póvoa Varzim; Dias no parque; Picnic no Estádio Municipal; Formação pela PSP; Atividades na praia; Confeção de marmelada: Desfolhada; Animação na desfolhada; Missa – Dia do idoso; Almoço – Dia do Idoso; Animação Dia do Idoso; Visita a IPSS – Touguinha; Formação trabalhos manuais; Formação culinária – Touguinha ;Janeiras crianças Jardins: Convívio inter-geracional;



- Área de Infância,

Nesta área temos 3 edifícios em funcionamento, Pires Quesado, Santo António, Senhora da Conceição contíguo com o edifício António Quintas, a prestar os serviços de Creche, Educação Pré-escolar, e ATL (atividades de tempos livres), primeiro e segundo ciclo.

a) Edifício Monsenhor Pires Quesado

O Jardim de Infância Monsenhor Pires Quesado integra as respostas sociais de Creche, Jardim de Infância e Centro de Atividades de Tempos Livres (1.º ciclo), e Centro de Atividades Educativas (2.º ciclo), com capacidade para 215 crianças. Tendo em 2017 atingido a média de 217 crianças.

Em 2017, iniciou-se a implementação de um novo Projeto Educativo da associação, denominado “**O Mundo em que vivemos**”, no âmbito do qual se iniciou o Projeto Curricular de Estabelecimento “**À Descoberta do Mundo em que vivemos**”, que irá ser implementado até 2020.

Este projeto, tem como objetivo abrir a instituição à vida da comunidade envolvente e ao Mundo. Defende o conceito de uma educação ao longo da vida, como construção contínua da pessoa humana ultrapassando as fronteiras entre gerações, etnias, crenças e estatutos sociais.

A implementação do projeto “À Descoberta do Mundo em que vivemos”, irá ser sustentada numa filosofia de promoção da educação que gera e desperta a vontade de aprender e querer aprender, na infância e ao longo da vida, favorecendo a articulação do brincar, imaginar e explorar em contacto com a diversidade social, étnico-racial, religiosa, cultural e de género, indispensável para a formação da criança cidadã, participativa e crítica.

No ano letivo 2017/2018 será desenvolvido o sub-tema “À Descoberta de uma vida saudável” com o qual se pretende sensibilizar para hábitos que promovam a saúde, desenvolvendo atividades no âmbito das áreas do desporto, nutrição, segurança e saúde

Para além das atividades relacionadas com o tema do projeto, são ainda integradas no Plano Anual de Atividades, outras atividades relacionadas com dias comemorativos, festividades e temas que se considerem pertinentes para o universo de crianças ao qual se destina o plano.

Creche

A creche é uma resposta social, de natureza socioeducativa, destinada a acolher crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 3 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais.

Visa conciliar a vida familiar e profissional do agregado familiar, colaborar com a família no processo de desenvolvimento da criança, assegurar um atendimento seguro, afetivo e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança.

A creche Monsenhor Pires Quesado, tem 3 salas com capacidade total para 35 crianças, distribuídas da seguinte forma:

Salas	Capacidade	N.º de utentes 2016/2017	N.º de utentes 2017/2018
Berçário Dos 4 aos 12 meses	8 crianças	8 crianças	8 crianças
Sala de 1 ano Dos 12 aos 24 meses	12 crianças	13 crianças	13 crianças
Sala dos 2 anos Dos 24 aos 36 meses	18 crianças	18 crianças	18 crianças

Jardim de Infância

A educação pré-escolar, é a primeira etapa da educação básica, no processo de educação ao longo da vida e complementa a ação educativa da família.

Tem como primeiro objetivo a estimulação do desenvolvimento global harmonioso da criança, tendo em conta as suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e social, com base em experiências de vida democrática, numa perspetiva de educação para a cidadania

O jardim de infância Monsenhor Pires Quesado, conta com 4 salas com capacidade para 100 crianças, distribuídas da seguinte forma:

Salas	Capacidade	N.º de utentes 2016/2017	N.º de utentes 2017/2018
Sala dos 3 anos Dos 3 aos 4 anos	25 crianças	25 crianças	23 crianças
Sala dos 4 anos Dos 4 aos 5 anos	25 crianças	25 crianças	25 crianças
Sala dos 5 anos Dos 5 aos 6 anos	25 crianças	25 crianças	25 crianças
Sala Mista Grupo heterogéneo Dos 3 aos 6 anos	25 crianças	26 crianças	24 crianças

CATL

O CATL (centro de atividades de tempos livres), destina-se a crianças entre os 6 e os 12 anos, e é um espaço que pretende dar continuidade ao trabalho realizado na valência de jardim, no que se refere às oportunidades, agora mais complexas, de desenvolvimento global para crianças que frequentam o 1.º e o 2.º ciclo do Ensino Básico.

A atividade desta valência, desenvolve-se em função de duas vertentes, uma primeira vertente visa promover o desenvolvimento pessoal e social da criança, com a criação de pequenas comunidades infantis no interior das quais se desenvolvem atividades lúdico-pedagógicas, que procuram promover e negociar regras de relação, de respeito mútuo, atitudes de compreensão e interajuda e uma segunda vertente de apoio à família, no que diz respeito às obrigações escolares.

O CATL Monsenhor Pires Quesado, conta com 2 salas com capacidade para 40 crianças do 1.º ciclo, distribuídas da seguinte forma:

Turnos	Capacidade	N.º utentes 2016/2017	N.º utentes 2017/2018
Grupo da manhã Dos 6 aos 10 anos	20 crianças	27 crianças	28 crianças
Grupo da tarde Dos 6 aos 10 anos	20 crianças	26 crianças	27 crianças

O CATL Monsenhor Pires Quesado, conta com 2 salas com capacidade para 30 crianças do 2.º ciclo, distribuídas da seguinte forma:

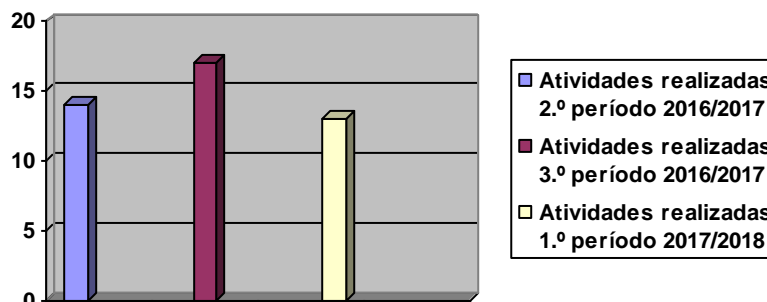
Turnos	Capacidade	N.º utentes 2016/2017	N.º utentes 2017/2018
Grupo da manhã Dos 10 aos 12 anos	15 crianças	10 crianças	14 crianças
Grupo da tarde Dos 10 aos 12 anos	15 crianças	14 crianças	15 crianças

Em 2017, foram desenvolvidos dois planos de atividades, referentes em 2 anos letivos distintos:

- de janeiro a julho, foi desenvolvido o Plano Anual de Atividades do ano letivo 2016/2017.
- de setembro a dezembro, foi desenvolvido o Plano Anual de Atividades de 2017/2018.

No âmbito destes dois planos, foram programadas e realizadas 44 atividades lúdico-pedagógicas, durante o ano civil de 2017.

Distribuição das atividades por períodos letivos



Atividades realizadas no âmbito do Projeto Curricular

Atividades realizadas no âmbito do Projeto Curricular

Eu e o Mundo – Todas as salas realizaram, várias atividades sobre as culturas dos vários países e continentes, para promover o conhecimento sobre os hábitos, tradições e particularidades culturais que os caracterizam.

- Gastronomia do Mundo – Confeção de alguns pratos típicos de outras Culturas.
- O Natal pelo Mundo – Conhecer alguns hábitos e tradições de Natal caraterísticos de outros países.
- Ser criança no Mundo – Promover o conhecimento sobre os Direitos das Crianças e sobre a vida das crianças em outros países.

Eu e o Planeta – Identificar os problemas ambientais mais importantes que precisam de intervenção urgente.

- Promover o conhecimento sobre a política dos 3 R`s (Reduzir/Reutilizar/Reciclar)
- Construção de mini ecopontos nas salas
- Visita ao Ecocentro
- Oficinas de reutilização e reciclagem de materiais
- Elaboração de panfletos para sensibilização das famílias para a promoção de hábitos que ajudam a salvar o planeta

Para além, das atividades relacionadas com o tema do projeto, foram ainda integradas no Plano Anual de Atividades, outras atividades relacionadas com dias comemorativos, festividades e temas que se consideraram pertinentes para o universo de crianças ao qual se destina o plano.

Do total de atividades realizadas podemos distinguir quatro grupos diferentes:

Atividades relacionadas com dias comemorativos e datas festivas
Desfile de Carnaval Dia do Pai e Dia da Mãe Dia Mundial da Árvore Dia Mundial da Criança S. Pedrinho e a Pequenada Magusto de S. Martinho Visita ao Presépio

Festas
Festa de Final de Ano Festa de Finalistas Festa de Natal

Realizaram-se várias visitas no âmbito dos projetos de sala	
Horto Municipal Visita aos monumentos da cidade Quinta de Santo Inácio Bombeiros Voluntários da P. V Clínica Veterinária	Biblioteca de Praia Parque da Cidade Museu Municipal Arquivo Municipal Clínica Dentária

b) Edifícios Jardim de Infância Santo António / Creche Sr.^a da Conceição e Stº António

O Jardim Santo António integra a resposta social Jardim de Infância, com capacidade para 100 crianças, tendo atingido em 2017 a média de 101 crianças e a resposta social Creche (Sr.^a da Conceição e Santo António) com capacidade para 60 crianças atingiu em 2016 a média de 64 crianças.

A equipa pedagógica estabeleceu, para o triénio 2014/2017, para a Creche Nossa Senhora da Conceição/Santo António e Jardim Santo António o Projeto “A Brincar Aprendo os Valores”, o qual esta dividido em três temas, 2014/4015 - Histórias com valores; 2015/2016 – Profissões e seus valores; **2016/2017 – Família e seus valores.**

No ano letivo (2017/2018), iniciou um novo projeto, referente a um triénio 2017/2020, no qual conforme questionário, enviado aos encarregados de educação, resultou o tema de projeto Educativo, “**O Mundo em que Vivemos**”.

O Projeto Pedagógico, conforme opinião da equipa pedagógica, tem o tema, “**Crescemos com o que o Mundo nos dá**”. O qual esta dividido em três temas para os próximos 3 anos, sendo esses temas os seguintes:

2017/2018 - “ Crescer com a Natureza”

2018/2019 – “ Crescer a Brincar”

2019/2020 – “ Crescer com os Outros”

O tema “Crescer com a Natureza”

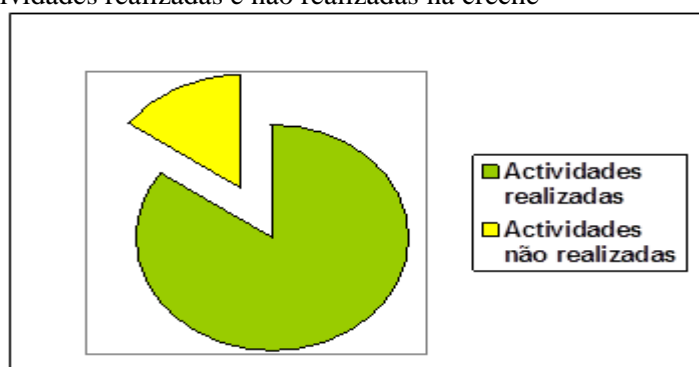
A equipa pedagógica, vai abordar este tema “**Crescer com a Natureza**”, na observação, a exploração e a possibilidade de desfrutar do meio natural, constituem-se como experiências imprescindíveis para o desenvolvimento da consciência ambiental. O contacto com pequenos animais, como formigas, tartarugas, passarinhos, peixes, coelhos, pintainhos, e as tarefas de os cuidar e alimentar, sempre com o acompanhamento da educadora, além de sensibilizar as crianças, desenvolve-lhes sentimentos de afeto com os animais e proporciona oportunidades excelentes de elevar o nível de consciencialização sobre o meio ambiente. “Sendo as aprendizagens definidas para cada área de conteúdo, sublinha-se que, na prática dos jardim-de-infância, se deve procurar sempre privilegiar o desenvolvimento da criança e a construção

articulada do saber, numa abordagem integrada e globalizante das diferentes áreas”. (Ministério da Educação, 2010) Assim, propomo-nos incentivar o “comprometimento” das crianças no cuidado do espaço exterior da escola, regando os canteiros, tratando das tartarugas, dos passarinhos e das galinhas em sincronismo com o cuidado das relações humanas, que traduzem respeito pelo que é de todos, carinho consigo mesmo, com o outro e com o mundo.

A reflexão sobre o ambiente que nos cerca, a reutilização de materiais recicláveis, o aproveitamento da água dos copos na hora da refeição, o repensar os seus comportamentos não desperdiçando nem estragando o que utilizamos. Privilegiamos os comportamentos de responsabilidade e as atitudes de cada um de nós, que geram processos educativos ricos, contextualizados e significativos para cada um dos grupos envolvidos.

Na **Creche**, as treze atividades propostas no Plano Anual de atividades, foram realizadas com sucesso onze. As atividades planificadas realizaram-se com sucesso, sendo que nas que se necessitava da participação e colaboração de familiares e ou professores das atividades curriculares (funk e musica) se verificou empenhamento e adesão dos mesmos. As atividades realizaram-se nas datas previstas e calendarizadas. As duas atividades que não foram realizadas, devem-se a dinheiro envolvido, na qual pensamos “não incomodar” a instituição para este fim.

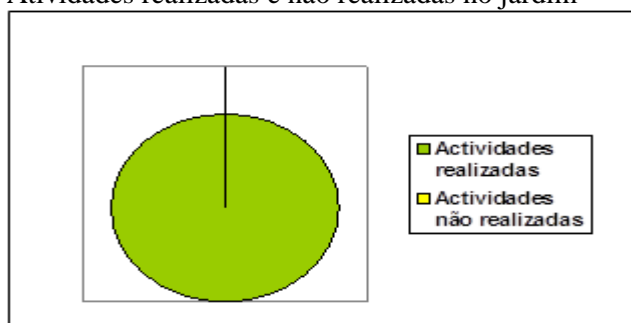
Atividades realizadas e não realizadas na creche



Creche de jan. a julho

No **Jardim**, foram propostas doze atividades, no Plano Anual de atividades, na qual foram realizadas todas com sucesso. As crianças desta faixa etária colaboram com mais facilidade e entusiasmo às atividades propostas.

Atividades realizadas e não realizadas no jardim



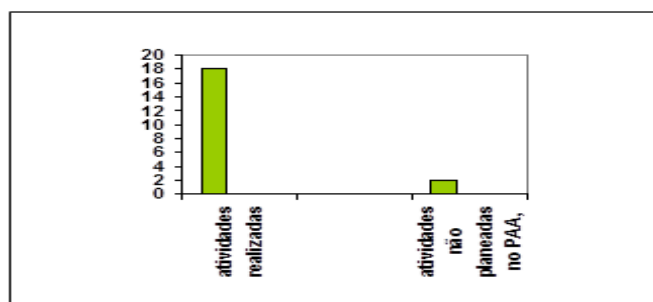
Jardim de jan. a julho

Conclui-se, que os objetivos previamente selecionados foram atingidos pela maior parte das crianças, contribuindo para o desenvolvimento integral das mesmas.

A preparação e realização das atividades, decorreram de forma positiva, na medida em que se verificou a colaboração dos dinamizadores e também a disponibilidade de alguns materiais requeridos.

É de realçar, a colaboração das famílias com alguma frequência e sucesso nas atividades propostas.

Atividades realizadas e não realizadas da Creche e Jardim de Set. a Dez. 2017



Na **creche**, sete atividades estavam planeadas e foram concretizadas e uma atividade não planeada no PAA, a qual foi realizada com sucesso. No final foram realizadas com sucesso oito atividades.

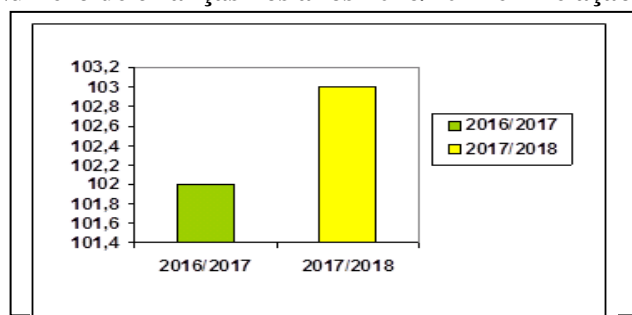
No **jardim**, foram planeadas dez atividades e uma não planeada no PAA e todas elas foram realizadas com sucesso.

As crianças demonstraram interesse e satisfação, o que levou a equipa pedagógica a convidar as crianças a participarem ativamente em algumas atividades executadas pelo adulto e também a colaboração dos pais em atividades.

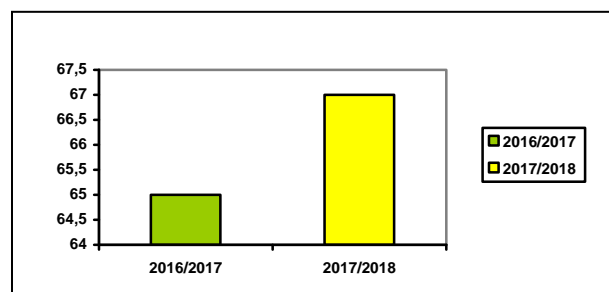
Em suma, as atividades realizaram-se nas datas previstas cumprindo os objetivos estipulados.

As atividades que estão planeadas, são atividades comuns, diariamente em todas as salas, se trabalha outras atividades, dentro das várias áreas, na qual existem diferentes competências para as diversas faixas etárias. O trabalho de sala tem sido enriquecedor, no qual se observa melhorias diariamente, nas crianças.

Número de crianças nos anos 2016/2017 em relação ao ano 2017/2018



Jardim Sto. António



Creche Sto. António e Sr.ª da Conceição

- Serviço de Psicologia

O serviço de psicologia tem por objetivo contribuir para a promoção de um ambiente escolar impulsionador de aprendizagens e desenvolvimento, disponibilizando um acompanhamento individualizado aos utentes da área da infância.

O acolhimento da criança na Associação inicia com a realização da entrevista de pré-diagnóstico, a qual permite um conhecimento alargado sobre o estágio de desenvolvimento da criança, das rotinas familiares e das expectativas dos pais em relação aos serviços disponibilizados pela Associação. No decorrer do ano letivo foram realizadas 75 entrevistas de pré-diagnóstico, e de seguida, elaborados os respetivos perfis de desenvolvimento, para posterior integração da criança em contexto de creche, jardim-de-infância e CATL.

No sentido de facilitar a adaptação das crianças ao contexto de creche e jardim-de-infância optou-se por trabalhar individualmente com as crianças e as famílias as dificuldades identificadas nos momentos de transição família/escola, não se registando ultimamente desistências por motivo de inadaptação.

No âmbito das atividades regulares do serviço, procedeu à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento tendo realizado 398 acompanhamentos individualizados, 24 encaminhamentos para terapia da fala, 11 para terapia ocupacional, 3 para a consulta de desenvolvimento. Nestas intervenções, o serviço procurou articular as diferentes modalidades de complemento pedagógico, apoio terapêutico e de educação especial, disponibilizando todos os meios de estimulação existentes para garantir um pleno desenvolvimento às crianças que frequentam a Associação.

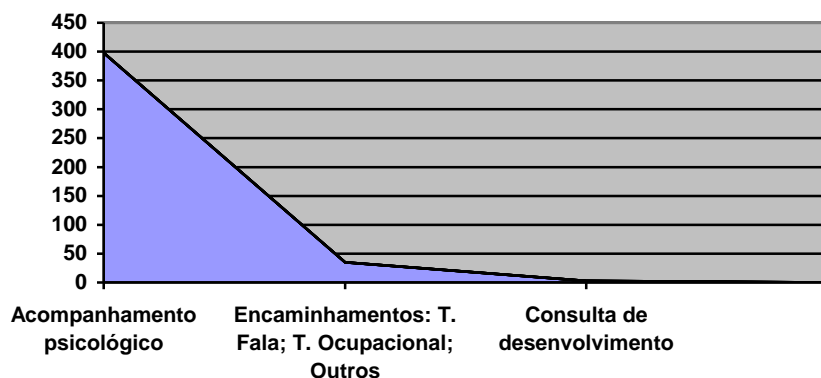


Gráfico n°1 - Acompanhamento psicológico e encaminhamentos realizados pelo serviço de psicologia.

Os pedidos de avaliação e acompanhamento foram realizados pelos docentes, encarregados educação e médicos assistentes. O serviço tem privilegiado a colaboração com o centro de saúde, consulta de desenvolvimento e os pediatras elaborando relatórios para complementar diagnósticos diferenciais, bem como participando em reuniões com os diversos técnicos que apoiam as crianças.

As crianças que frequentaram as salas dos 5 anos no jardim-de-infância, foram avaliadas relativamente às competências para aprendizagem escolar, aprofundando-se a observação do desempenho das crianças nas dimensões que têm maior influência na aprendizagem escolar. Desta forma, aferiu-se o grau de preparação das mesmas, para uma integração bem-sucedida no primeiro ano do ensino básico. As 67 crianças finalistas do ensino pré-escolar apresentaram um percentil médio de 81,12, valor que reflete o elevado padrão de qualidade das práticas educativas da Associação.

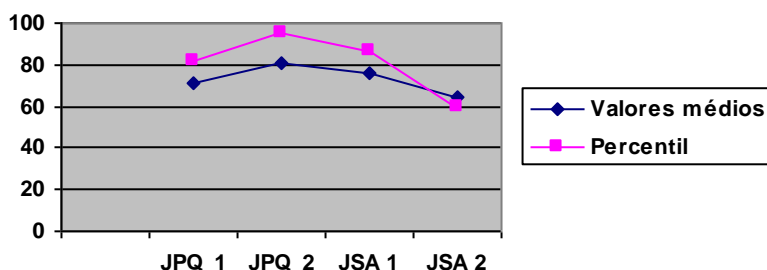


Gráfico 2- Valor médio e correspondência em percentil das crianças de 5 anos

Em fevereiro de 2017, realizou-se um *workshop* para pais, com o tema “Processos de luto na infância”. Pretendeu-se com esta iniciativa, ajudar os pais a refletir sobre a melhor forma de preparar e apoiar a criança nos seus processos de luto.

Ainda em 2017, o Serviço de Psicologia deu continuidade às atividades desenvolvidas no âmbito dos dois estágios profissionais de psicologia, em parceria com a Ordem dos Psicólogos e o IEFP. Todo o percurso das estagiárias foi orientado e supervisionado, proporcionando a aplicação e consolidação das suas aptidões enquanto profissionais da área.

- Protocolo RSI (Rendimento Social de Inserção)

a) Funcionamento e Objectivos

A equipa do Protocolo RSI – exerce funções nas instalações de “A Beneficente” desde setembro 2009, tendo como objetivo o acompanhamento de 240 agregados familiares beneficiários de RSI no sentido do desenvolvimento de competências e potenciação de condições para a definitiva e bem-sucedida autonomia face aos serviços e em termos socioeconómicos.

Neste sentido, a equipa receciona, endereçados pela chefe de setor do Núcleo de Inserção Social da área do Grande Porto, processos familiares beneficiários da prestação de RSI, efetua uma primeira avaliação da situação sociofamiliar (elaboração de atendimento), discute o processo em reunião de equipa técnica interna e atribui o técnico gestor (uma das quatro técnicas superiores da equipa), que implementa e acompanha as diligências necessárias à prossecução dos objetivos e ações já constantes de Contrato de Inserção assinado pelos beneficiários no momento do requerimento da prestação.

A equipa, por determinação superior, elabora ainda Entrevistas Iniciais para celebração de Contrato de Inserção. Estes momentos constituem a avaliação primeira de quem requer a prestação de Rendimento Social de Inserção, sendo confirmados aspetos legais relativos à instrução dos processos e encaminhada esta informação aos serviços distritais da Segurança Social que determinam o cumprimento ou não das condições legais de acesso à prestação e a sua atribuição.

Constituição Equipa

2 Técnicas de Serviço Social

1 Técnica Educação social

1 Psicóloga

2 Ajudantes da Ação Direta

Todas as técnicas da equipa efetuam a celebração dos Contratos de Inserção e o acompanhamento dos processos familiares de forma tripartida, a Educadora Social é responsável por um acompanhamento mais próximo às Ajudantes Familiares.

ENQUADRAMENTO LEGAL

(Lei n.º 13/2003, de 21 de maio e Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, alteradas pelo Dec.-Lei n.º 133/2012 e Dec.-Lei n.º 13/2013)

O que é?

É um apoio para os indivíduos e famílias mais carenciados, constituído por:

- um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente.
- uma prestação em dinheiro para satisfação das suas necessidades básicas

As pessoas, para receberem o Rendimento Social de Inserção, celebram e assinam um Contrato de Inserção, do qual consta um conjunto de deveres e direitos, com vista à sua integração social e profissional.

O que é o Contrato de Inserção?

O Contrato de Inserção do Rendimento Social de Inserção é um conjunto articulado e coerente de ações faseadas no tempo, estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar beneficiário, que tem como objetivo promover a criação de condições necessárias à gradual autonomia das famílias, através do exercício de uma atividade profissional ou de outras formas de inserção social. Os contratos de inserção são negociados consoante as necessidades do agregado familiar, podendo não incluir todas as áreas previstas ou abarcar outras que não se encontram aqui discriminadas.

O contrato de inserção contempla:

- O tipo de ações a desenvolver;
- As entidades responsáveis;

- Os apoios a conceder aos destinatários;
- As obrigações assumidas pelo titular e, se for caso disso, pelos restantes membros do agregado familiar.

Áreas e exemplos de ações que podem contemplar o Programa de Inserção:

- Organização Doméstica
 - Exemplos: Apoio na gestão do tempo e espaço, explicação e demonstração de cuidados básicos nas áreas de alimentação/nutrição, higiene, segurança...
- Economia Familiar
 - Exemplos: Orientação na gestão dos recursos financeiros, orientação na rentabilização dos espaços exteriores...
- Educação/Ensino
 - Exemplo: Apoio/sensibilização à assiduidade escolar, estruturação do tempo e espaço de estudo...
- Saúde
 - Exemplo: Atenção/orientação no cumprimento de plano nacional de vacinação...
- Formação Profissional e Emprego
 - Exemplo: encaminhamento e apoio na procura de emprego ou formação profissional...
- Habitação
 - Sensibilização para aproveitamento de espaços exteriores e interiores...

PROJETOS DE GRUPO em 2017

1. RE-AGIR 2017

Objetivo Geral: promover momentos de interação grupal que potenciem a aquisição de competências pessoais e sociais conducentes com a reconstrução e readequação do projeto de vida.

Sessões: 1 – Assertividade, 2 - Autoestima e Autoconceito, 3 - Autoimagem, 4 - Motivação para a Mudança, 5 - História de Vida.

Participantes: 34

Avaliação: As sessões relativas à Autoimagem e a última de Motivação para a Mudança não foram realizadas pelos seguintes motivos, respetivamente: não se procedeu à remodelação do plano de sessão da Autoimagem; não se conseguiu entrar em concordância com o convidado que viria partilhar a sua História de Vida de forma atempada relativamente à data.

A metodologia dinâmica, com atividades curtas e diversas, mostrou-se adequada às expectativas e perfil dos participantes, o que contribuiu para a sua envolvência nas temáticas abordadas e identificação com os objetivos. De igual forma o tempo das sessões (não mais de 50 minutos) demonstrou-se também adequado à tipologia de sessão.

As temáticas abordadas demonstraram-se adequadas à população alvo, ainda que se realçasse a seleção adequada dos participantes no que diz respeito ao seu perfil e às temáticas e atividades desenvolvidas para que a identificação com o propósito das sessões fosse atingida. No questionário de avaliação (cf. Anexo 1) convidava-se os participantes a sugerirem outras temáticas a abordar em sessões deste género, sendo que a pesquisa/descoberta de talentos e a planificação do tempo foram temáticas sugeridas.

De referir o não cumprimento de todas as sessões e o défice que, na globalidade do projeto, esta falha acarreta.

2. PAIS E ESCOLA

Objetivo Geral: Explorar temáticas propostas pelos pais relacionadas com dúvidas e estratégias de envolvimento na vida escolar dos filhos, promovendo a sua maior atenção e participação, e, assim, o sucesso escolar

Sessões: 1 – Direitos e Deveres dos Pais na Escola, 2 – O papel da escola na vida futura, 3 – Organização da vida escolar e apoio ao estudo, 4 – Sinais de alerta para problemas psicológicos em crianças em idade escolar, 5 – Direitos laborais dos pais com filhos, 6 – Refeições em idade escolar, 7 – Currículos escolares alternativos.

Participantes: 15

Convidados/Dinamizadores: 6, um por sessão realizada.

Avaliação Geral: A planificação inicialmente prevista foi parcialmente cumprida no que respeita aos timings de realização das sessões e ao cancelamento de uma das sessões propostas. Relativamente aos timings, a articulação com especialistas nas mais diversas áreas, implicou a angariação de contactos e o respeito pelas agendas profissionais de cada um, sendo que todos, à exceção dos envolvidos na sessão 3, se demonstraram disponíveis para voluntariamente dinamizar as sessões. No entanto, o cumprimento da calendarização acabou por não se conseguir garantir.

Relativamente à sessão 3, foi inicialmente contactado e efetuada reunião com um Diretor de um centro de estudos que se dispôs de imediato a colaborar. Na ausência continuada de resposta às diversas tentativas de agendamento de sessão, foi contactado um segundo centro de estudos, no entanto, também neste caso se impossibilitou o agendamento da sessão que acabou por ser cancelada.

A avaliação efetuada pelos participantes no projeto, apesar de nem todos os pais estarem presentes em todas as sessões, foi muito positiva, sendo que o facto de se tratarem de dinamizadores externos com especial conhecimento e prática nas matérias abordadas foi de toda a relevância.

3. SESSÃO DE GRUPO CIAC – CMPV

Objetivo Geral: Dar a conhecer os Serviços do Centro de Informação ao Consumidor e alertar para comportamentos protecionistas por parte do consumidor.

Sessões: 1 – Serviços Públicos Essenciais, 2 – Conhecimento da Nota do Euro, 3 – Gestão do Orçamento, 4 – Prevenção da Fraude.

Participantes: 30

Avaliação Geral: As sessões demonstraram-se esclarecedoras e foram encaradas pelos participantes como relevantes. Foi possível assistir a uma participação ativa por parte dos beneficiários acompanhados.

4. TRANSFORMAR

Objetivo Geral: Introduzir rotinas diárias e hábitos de convívio social em beneficiários com diagnóstico de isolamento e com competências/interesses na área dos trabalhos, potenciando a sua inserção social.

Sessões: Semanais – 48 sessões até ao momento.

Participantes: 10 – média por sessão – 6.

Avaliação Geral: O grupo é constituído por senhoras dotadas de alguma destreza manual para elaborar materiais para serem expostos e à posteriori serem vendidos, o que introduz um sentido de utilidade final ao trabalho efetuado. O dinheiro angariado nas exposições reverte a favor da instituição. A par destas peças, foram também realizados diversos trabalhos dirigidos aos utentes do serviço de apoio ao domicílio (Épocas festivas: Páscoa, Carnaval, dia da mãe, dia do pai, Aniversário, Natal...) de forma a proporcionar um sentimento de afeto e lembrança.

As participantes avaliam positivamente a sua participação e o resultado que a mesma incute no seu bem-estar e dia-a-dia

5. ORGANIZAR

Objetivo Geral: Dotar os beneficiários de competências preventivas de dívidas e gastos desnecessários.

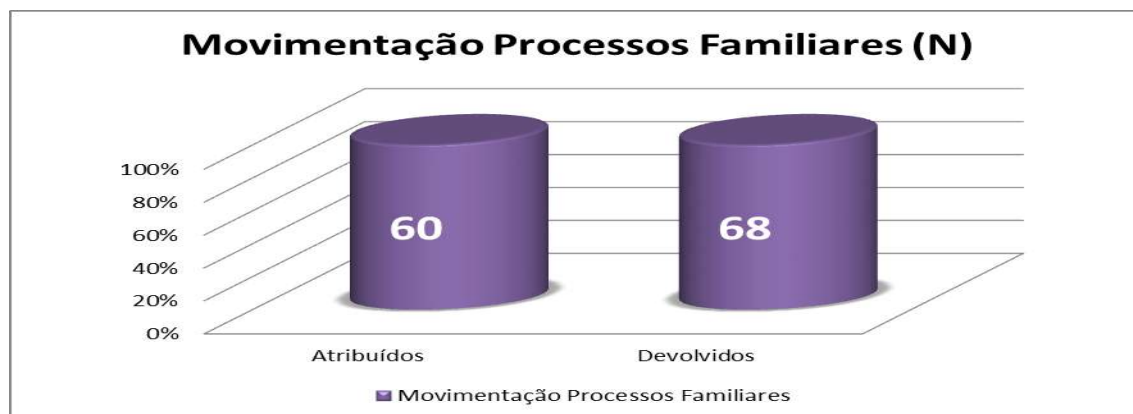
Sessões: 2 grupos de participantes distintos com a replicação, em timings diferentes, de 3 sessões com as seguintes temáticas – 1. Noções de Poupança e Orçamento Doméstico, 2. Receitas práticas e económicas, 3. Sessão Prática

Participantes: 10

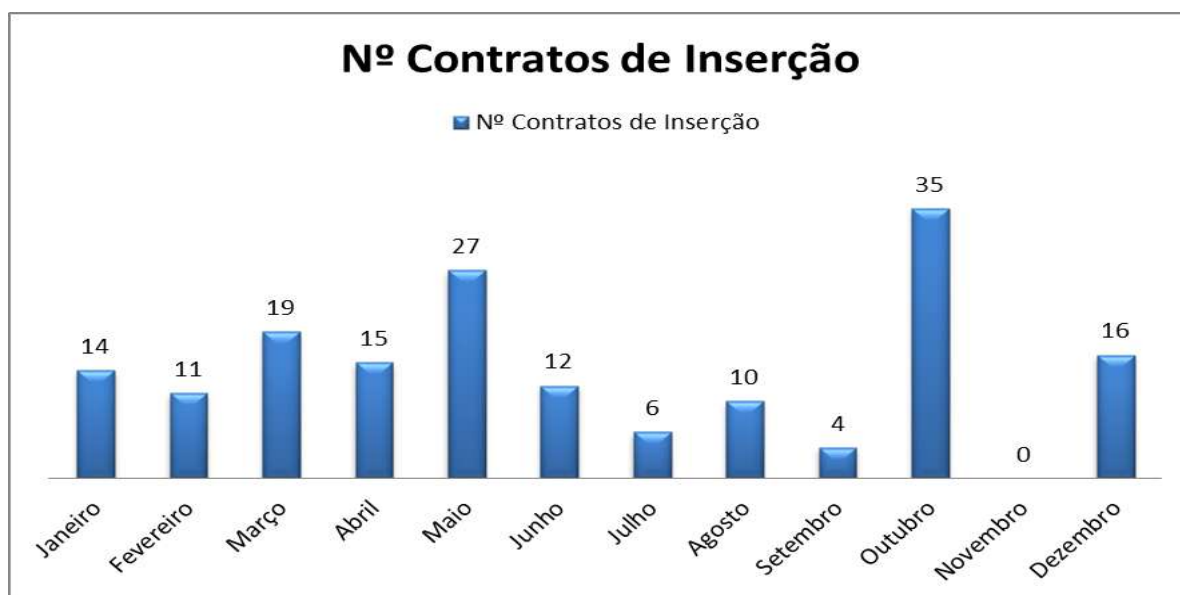
Avaliação Geral: Foi possível verificar o envolvimento dos participantes e a pertinência de sessões mais práticas na aquisição de competências. Os participantes avaliaram positivamente as temáticas e a sua participação.

DADOS ESTATÍSTICOS DO ACOMPANHAMENTO NO ANO DE 2017

Movimentação dos Processos _ ano 2017



Motivo de devolução dos processos



– Programa RLIS - (Rede Local de Intervenção Social)

A RLIS é um serviço que assegura o atendimento e acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

A RLIS assenta numa lógica de Intervenção Articulada e Integrada de entidades com responsabilidades no desenvolvimento da Ação Social.

A Beneficente, Sendo a entidade aderente à RLIS contratualizou com o Instituto da Segurança Social o Serviço de Atendimento/Acompanhamento Social (SAAS).

Objetivos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS):

- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.
-

Atividades do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS):

- Atendimento, Informação e Orientação tendo em conta Direitos, Deveres e Responsabilidades da Pessoa/Famílias;
- Acompanhamento e/ou Encaminhamento, tendo em vista a Prevenção e Resolução de Problemas Sociais;
- Informação sobre a forma de acesso a Recursos, Equipamentos e Serviços Sociais;
- Atribuição de Prestações de Carácter Eventual, para colmatar situações de Emergência Social e comprovada Carência Económica;
- Planeamento e Organização da Intervenção Social;
- Contratualização no âmbito da Intervenção Social
- Coordenação e Avaliação da execução das Ações Contratualizadas

O Atendimento Social é, praticamente sempre, vinculado a uma intervenção social imediata, e até pontual, de suporte às necessidades humanas, incluindo a prevenção da integridade física e dignidade humana, pelo que não se poderá restringir á resolução simplista de “casos” ou do “problema”, exige uma abordagem contextual, relacional e existencial das pessoas e das famílias.

A Quem se Destina?

O SAAS destina-se a todas as pessoas e famílias do concelho da Póvoa de Varzim que se encontrem em situação de risco ou em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Abrange todas as freguesias do Concelho.

O acesso ao SAAS pode ser acionado pela própria pessoa e ou pela comunidade informal. Exemplificando, a admissão de uma pessoa/ família pode decorrer: da abertura de processo individual/familiar por decisão técnica no primeiro contacto da pessoa/família com o SAAS; ou de transferência de um processo individual/familiar por outro serviço de atendimento/accompanhamento social; ou ainda por encaminhamento de outra entidade, em particular por intermédio da interlocução do Centro Distrital do ISS.

Princípios Orientadores

- Garantir o acolhimento social imediato em situações de crise e ou emergência social.
- Promover o atendimento/acompanhamento itinerante da proximidade das situações de vulnerabilidade económica e social.
- Apoiar pessoas /famílias na consolidação das suas competências e tutoreando o seu percurso de inserção social.
- Assegurar a coordenação eficiente dos meios /recursos que integram a rede social e a cooperação estabelecida com as instituições que localmente desenvolvem respostas sociais no âmbito da Ação Social.

Composição da Equipa:

O SAAS tem uma equipa técnica composta por 1 coordenador afeto a 50% (assistente social) e 3 técnicos superiores (1 assistente social,1 psicólogo e 1 educador social) afetos a 100%.

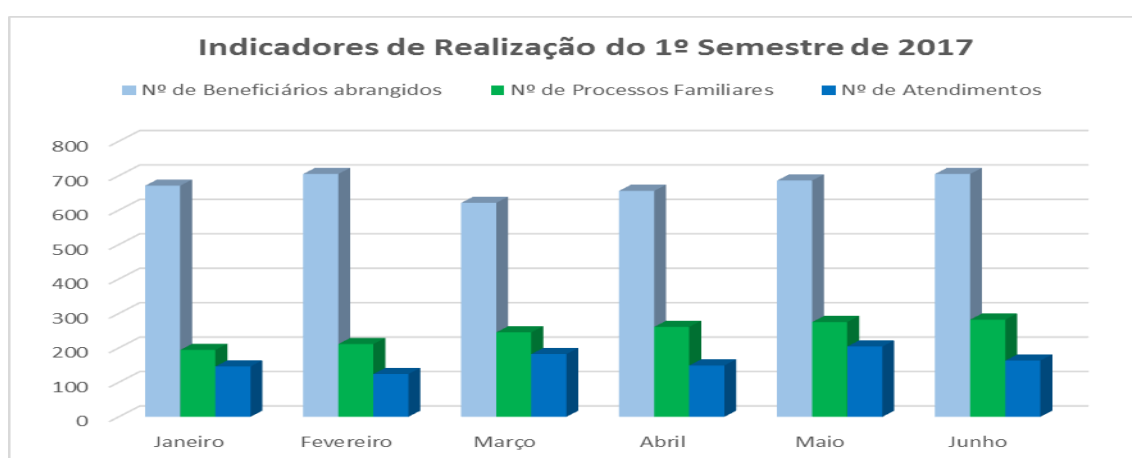


Gráfico n.º 1 (Fonte: Dados retirados dos indicadores de RLIS)

Através deste gráfico podemos verificar uma procura crescente de indivíduos/famílias ao SAAS.

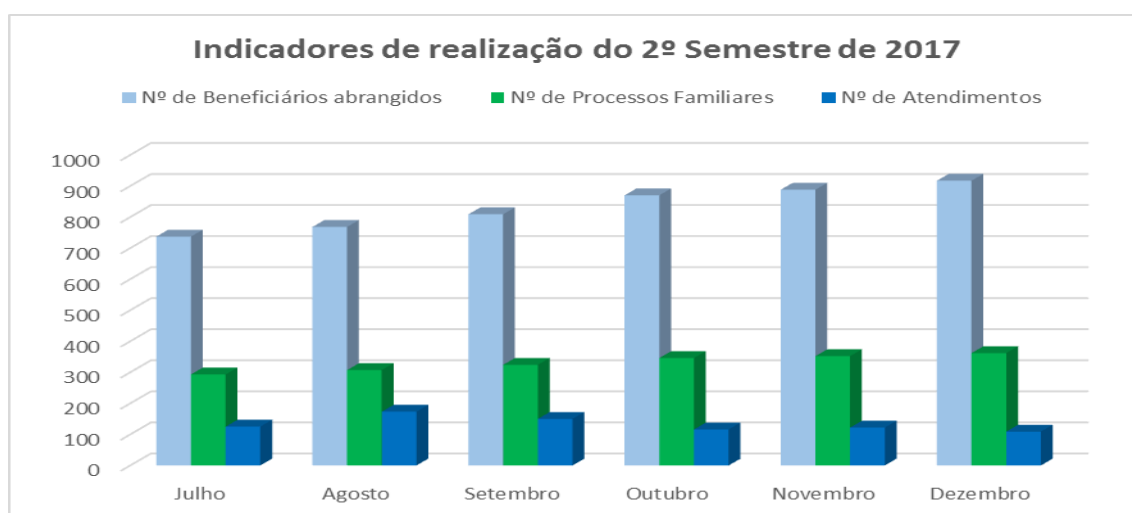


Gráfico n.º 2 (Fonte: Dados retirados dos indicadores de RLIS)

O Protocolo tem a duração de 3 anos. Teve início em Outubro de 2016 e termina em Setembro de 2019.

II – Análise Económico- Financeira

As Incertezas que ainda pairam de cariz económico e financeiro, vividos nos últimos anos nos panoramas nacional e internacional, mantiveram-se ainda visíveis em 2017, com implicações diretas no dia-a-dia nos diversos setores de atividade. O crescimento económico ainda com níveis baixos, e ainda a existência de uma taxa de desemprego, apesar de dar sinais de decréscimo, são reflexo desta situação e projetam um quadro pouco animador para um futuro próximo. A elevada carga fiscal que tem vindo a ser aplicada às famílias e empresas tem ajudado a manter o nível económico e financeiro do país em condições débeis, atrasando de forma reiterada este crescimento económico, que começa a florescer de forma ainda tímida.

A Beneficente, na persecução dos seus objetivos, relacionados com a sua diversa atividade, tem sido, obviamente, condicionada pelo cenário atrás referido. Neste contexto, e não perdendo de vista o seu mais nobre desígnio – a Responsabilidade Social – tem a Instituição feito todos os esforços no sentido de minimizar os constrangimentos daí resultantes, não desviando, no entanto, o foco na sua sustentabilidade.

Como vem sendo apanágio, nos últimos anos da sua exploração, a Beneficente procura que a sua sustentabilidade seja um propósito patente na conceção e execução dos seus planos de investimento e exploração.

Os recursos continuam escassos e por isso os critérios de utilização desses mesmos recursos são uma constante preocupação.

Assim, na avaliação dos resultados apresentados, referentes a 2017, podemos constatar o esforço despendido na interpretação dessas políticas conforme se demonstra nas peças contabilísticas e financeiras presentes neste relatório.

Apresentamos um leque de indicadores que refletem com clareza a atividade económica e financeira da instituição, referente ao exercício em análise.

A Demonstração de Resultados, resume a atividade económica de A Beneficente, e no exercício de 2017, este apresenta, um total de gastos no montante de 2 524 498,92 euros, e um total de rendimentos no montante de 2 559 182,01 euros, conseguindo um resultado líquido positivo de € 34 683,09. O mesmo documento apresenta um EBITDA (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) positivo no montante de 107 728,33 euros e um resultado operacional positivo, no montante de € 34 835,25. Analisando o Balanço, os valores a destacar é o seu total, no montante de 2 871 791,30 euros, os fundos patrimoniais no montante de 2 126 744,48 euros, e o total de passivo no montante de 725 074,61 €.

Na análise aos gastos, a Instituição apresenta nos gastos com o pessoal, cerca de 75% do total dos custos, nas despesas de consumo com as matérias consumidas, cerca de 10% do total dos custos, e nos fornecimentos e serviços externos, cerca de 9% do total dos custos, como se pode verificar a rubrica com maior expressão na estrutura de gastos da Instituição, é a de gastos com o pessoal.

Na análise aos rendimentos, verifica-se que os principais recursos da Instituição são, os subsídios à exploração, que representam 52 % do total dos proveitos, e a comparticipação dos utentes representam 30% do total dos proveitos.

Como se pode verificar, os rendimentos não cobrem as despesas, tendo a Instituição, de recorrer a apoios, de forma a poder suportar as necessidades de investimento.

No exercício de 2017, a Instituição recebeu subsídios entre os quais merece destaque:

- da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, o apoio ao serviço conhecido por “Sopa dos Pobres”, com uma dotação no valor de € 60 000,00
- da Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim, no seguimento do protocolo, estabelecido para apoio a 5 utentes do Serviço do Apoio Domiciliário (SAD), no valor de € 10 800,00;
- do Turismo de Portugal, no âmbito da Zona de Jogo da Póvoa de Varzim, que atribuiu o montante de € 23 181,12, verba essa que veio reforçar o fundo de tesouraria no ano de 2017.

III - Investimentos

No plano de investimentos realizados em 2017, o enfoque incidiu em pequenas intervenções, que permitiram, ao nível da manutenção e conservação dos imóveis e equipamentos, recuperação de algumas áreas que necessitaram de uma intervenção urgente, e substituição de alguns equipamentos obsoletos e cuja reparação não era viável em termos financeiros.

Neste exercício a Beneficente alienou dois imóveis sítos na Rua Madre Deus, mencionados em ata da AG extraordinária de 29/11/2016, valor que veio ajudar a tesouraria, na compra de alguns equipamentos e manutenção dos edifícios, ficando outra parte para pagar o terreno rustico sítio no lugar da gândara, adquirido ao Sr. Albino Miranda Barroso.

Cada vez é menor o valor dos donativos e das doações, pelo que as IPSS terão de recorrer a outros meios para garantir a atividade em especial nas despesas de investimento. No entanto, no ano de 2017 alguns donativos e apoios obtiveram-se, com determinada grandeza, pelo que se deixa aqui expresso e bem vincado o nosso muito OBRIGADO a todos aqueles que ajudaram, permitindo desta forma que esta Instituição continue o seu trabalho em prol dos mais desfavorecidos.

IV - Proposta de Aplicação de Resultados

Ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 34 683,09 propomos que seja levado a resultados transitados.

V – Conclusão e Agradecimentos

“A Beneficente” no ano de 2017 prestou serviços à comunidade poveira em todas as valências.

A Direção acompanhou no dia-a-dia todas as dificuldades e carências apresentadas e tudo foi feito para as resolver, caso a caso, dentro das limitações que a Associação apresenta.

Colaboramos com as entidades públicas nos programas de divertimento, e na formação disponibilizamos instalações, participamos na Comissão de Proteção de Menores do concelho da Póvoa de Varzim (CPCJ), no Banco Alimentar Contra a Fome (BA), nos Corpos Sociais da UDIPSS Porto (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto), e no Rendimento Social de Inserção (RSI).

Demos o apoio social a famílias carenciadas com fornecimento de refeições gratuitas e apoio social e autorizamos a frequência de crianças e jovens cujos agregados familiares não têm rendimentos para pagar parte ou a totalidade da mensalidade nas valências da área educacional.

Em 2017 tivemos em média por mês cerca de 619 pessoas, crianças, jovens e adultos a frequentar as valências da Associação, o que representa e envolve encargos de elevado valor, envolvendo responsabilidades económico-financeiras da Associação superiores a € 2 559 182,01

Acreditamos que, e tendo em consideração todas as disponibilidades atuais, muito foi feito com tão poucos recursos e meios.

Ao concluir este relatório queremos expressar os nossos agradecimentos:

- à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e à Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim, por todo o apoio e ajuda que têm prestado a esta Instituição;
- a todas as Entidades, sem distinção, individuais ou coletivas, que colaboram e colaboraram com a Associação;

- Aos Benfeitores que, com a sua generosidade e ajuda têm colaborado para manter esta Associação viva e como principal centro de atendimento e ajuda a todos os carenciados e famílias que procuram apoio e ajuda;
- Aos fornecedores, pois, são estes que no dia-a-dia possibilitam a prestação dos nossos serviços com garantia de qualidade;
- Também aos comerciantes, industriais e anónimos que deixam a sua contribuição para ajudar a superar as dificuldades da Associação.
- À Fundação Gomes do Monte.

Apelamos aos sócios para que continuem a participar nas atividades da Associação, comparecendo nas Assembleias, visitando as valências e deixando a sua contribuição para o engrandecimento da Associação.

Expressamos o nosso agradecimento a todos os Trabalhadores da Associação pelo excelente labor desenvolvido ao serviço do bem-estar dos utentes e seus familiares, transmitindo a todos alegria e conforto para ultrapassar estes momentos difíceis nesta fase de suas vidas. Seria injusto não reconhecer o bom trabalho desenvolvido por todos aqueles que servem a Associação e colaboram, no dia-a-dia, para o desenvolvimento e prestígio alcançado, por esta secular Instituição de Solidariedade Social (IPSS).

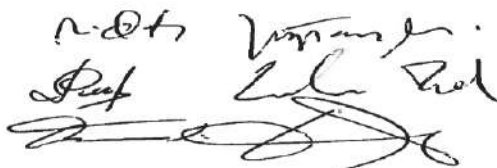
Para os benfeitores anónimos, que mantêm, ainda, viva e atuante a sua vocação em ajudar o próximo, desinteressadamente, fica aqui expresso o agradecimento daqueles que lutam para garantirem o “pão e o agasalho de cada dia” principalmente aos mais envergonhados.

À Imprensa e Rádios locais, queremos manifestar o nosso agradecimento pela colaboração prestada e pela divulgação das atividades desta à Associação durante o ano de 2017.

A todos o nosso muito obrigado.

Póvoa de Varzim, 1 de Março de 2018

A Direção



Demonstrações financeira do exercício 2017

As demonstrações financeiras foram preparadas em cumprimento das disposições legais previstas nos diplomas do SNC-ESNL, aprovado pelo Decreto-lei nº 36-A/2011 de 9 de março, pela portaria nº 106/2011, de 14/3, pela portaria nº 105/2011, de 14/3 e pelo Aviso nº 6726-B/2011. Alterado pelo Decreto - Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e pelas portarias nº 218/2015 de 23 de julho (código de contas) e 220/2015 de 24 de julho (demonstrações financeiras) e avisos nº8154/2015 de 29 julho (estrutura conceptual) e 8259/20 15 de 29 julho (normas contabilísticas e de relato financeiro).

As demonstrações financeiras apresentadas são as seguintes:

Balanço a 31 de dezembro

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração resultados por funções

Demonstração fluxos de caixa a 31 de dezembro

Também no mesmo Decreto-lei 36 - A/2011 de 9 de março, no art.º 12, estabelece que as entidades sem fins lucrativos que ultrapassem os limites referidos no art.º 262º do CSC, ou seja desde que ultrapasse dois dos seguintes limites 1 500 mil euros de ativo, 3 000 mil euros de vendas e de outros proveitos ou 50 empregados em média, ficam sujeitas anualmente a **certificação legal das contas**.

Este artigo veio a ser alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2013 de 13 de maio, onde os limites referidos no número anterior são multiplicados por um fator de 1,70.

A Beneficente - Póvoa de Varzim

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.326.342,43	2.393.377,89
Ativos intangíveis	6	(0,00)	1.133,06
Investimentos financeiros	13 a)	693,29	120,46
Outros créditos e ativos não correntes	5	-	-
Subtotal		2.327.035,72	2.394.631,41
Ativo corrente			
Inventários	8	7.513,77	9.692,44
Creditos a receber	13 c)	16.159,16	15.485,73
Estado e outros Entes Públicos	13 i)	1.432,42	2.773,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13 b)	6.385,08	9.341,04
Diferimentos	13 e)	16.062,90	16.384,35
Outros Ativos correntes	13 d)	333.987,17	356.725,28
Caixa e depósitos bancários	13 f)	163.215,08	131.974,01
Subtotal		544.755,58	542.376,33
Total do Ativo		2.871.791,30	2.937.007,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13 g)	24.592,49	24.592,49
Resultados transitados	13 g)	635.572,50	631.994,09
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	13 g)	1.431.896,40	1.447.609,00
Resultado Líquido do período		34.683,09	22.040,79
Total dos fundo patrimoniais		2.126.744,48	2.126.236,37
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	13 j)	19.972,21	19.972,21
Subtotal		19.972,21	19.972,21
Passivo corrente			
Fornecedores	13 h)	62.522,67	67.645,25
Estado e outros Entes Públicos	13 i)	50.509,29	55.072,33
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13 b)	52,20	72,60
Financiamentos obtidos	7	69,25	-
Diferimentos	13 e)	295.487,61	378.238,11
Outros passivos correntes	13k)	316.433,59	289.770,87
Subtotal		725.074,61	790.799,16
Total do passivo		745.046,82	810.771,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.871.791,30	2.937.007,74

Póvoa de Varzim, 1 de março 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO




A Beneficente - Póvoa de Varzim

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	776.896,88	748.597,08
Subsídios, doações e legados à exploração		1.338.743,26	1.303.175,89
ISS,IP - Centros Distritais	10	1.227.902,76	1.160.183,37
Outros	10	110.840,50	142.992,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(252.450,49)	(247.227,91)
Fornecimentos e serviços externos	13 l)	(227.451,98)	(211.772,18)
Gastos com o pessoal	11	(1.894.967,56)	(1.816.614,10)
Outros rendimentos	13 m)	443.186,53	392.588,95
Outros gastos	13 n)	(76.228,31)	(61.836,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		107.728,33	106.911,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(72.893,08)	(78.279,43)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34.835,25	28.632,25
Juros e rendimentos similares obtidos	13 o)	355,34	530,19
Juros e gastos similares suportados	13 o)	(507,50)	(7.121,65)
Resultados antes de impostos		34.683,09	22.040,79
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		34.683,09	22.040,79

Póvoa de Varzim, 1 de março 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO




A Beneficente - Póvoa de Varzim

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		775.235,28	746.274,64
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(343.683,06)	(334.724,76)
Pagamentos ao pessoal		(1.838.371,27)	(1.751.537,80)
Caixa gerada pelas operações		(1.406.819,05)	(1.339.987,92)
Outros recebimento relativos actividade operacional		1.446.065,26	1.456.817,97
Outros pagamentos relativos actividade operacional		(4.556,48)	(1.336,99)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		34.689,73	115.493,06
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		322,77	944,36
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		322,77	944,36
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	7	69,25	-
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		(3.840,68)	(11.016,19)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(3.771,43)	(11.016,19)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		31.241,07	105.421,23
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		131.974,01	102.731,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13 f)	163.215,08	131.974,01

Povoa de Varzim, 1 de março 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A DIREÇÃO




A Beneficente - Póvoa de Varzim

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES


EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Area Social	Area Infancia	RSI	RLIS	Po APMC	total 2017
Vendas e serviços prestados	9	190.653,09	586.243,79	0,00	0,00	0,00	776.896,88
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	-147.382,38	-104.885,90	-182,21	0,00	0,00	-252.450,49
Resultado bruto		43.270,71	481.357,89	-182,21	0,00	0,00	524.446,39
Outros rendimentos	10,13m)e13o)	510.550,34	1.083.259,63	107.649,66	79.895,89	929,61	1.782.285,13
Gastos de distribuição	13l)	-75.967,20	-128.327,58	-5.564,83	-15.820,22	-1.772,15	-227.451,98
Gastos administrativos	11	-432.528,18	-1.286.362,47	-111.925,71	-64.151,20	0,00	-1.894.967,56
Gastos de investigação e desenvolvimento							
Outros gastos	13n),5e6	-81.253,73	-66.398,96	-1.375,99	-92,71	0,00	-149.121,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-35.928,06	83.528,51	-11.399,08	-168,24	-842,54	35.190,59
Gastos de financiamento (líquidos)	13o)	-124,03	-357,94	-25,53	0,00	0,00	-507,50
Resultados antes de impostos		-36.052,09	83.170,57	-11.424,61	-168,24	-842,54	34.683,09
Imposto sobre o rendimento do período							
Resultado líquido do período		-36.052,09	83.170,57	-11.424,61	-168,24	-842,54	34.683,09

Póvoa de varzim, 1 de março 2018

O técnico Oficial de Contas

DIREÇÃO

"A BENEFICENTE" - Póvoa de Varzim

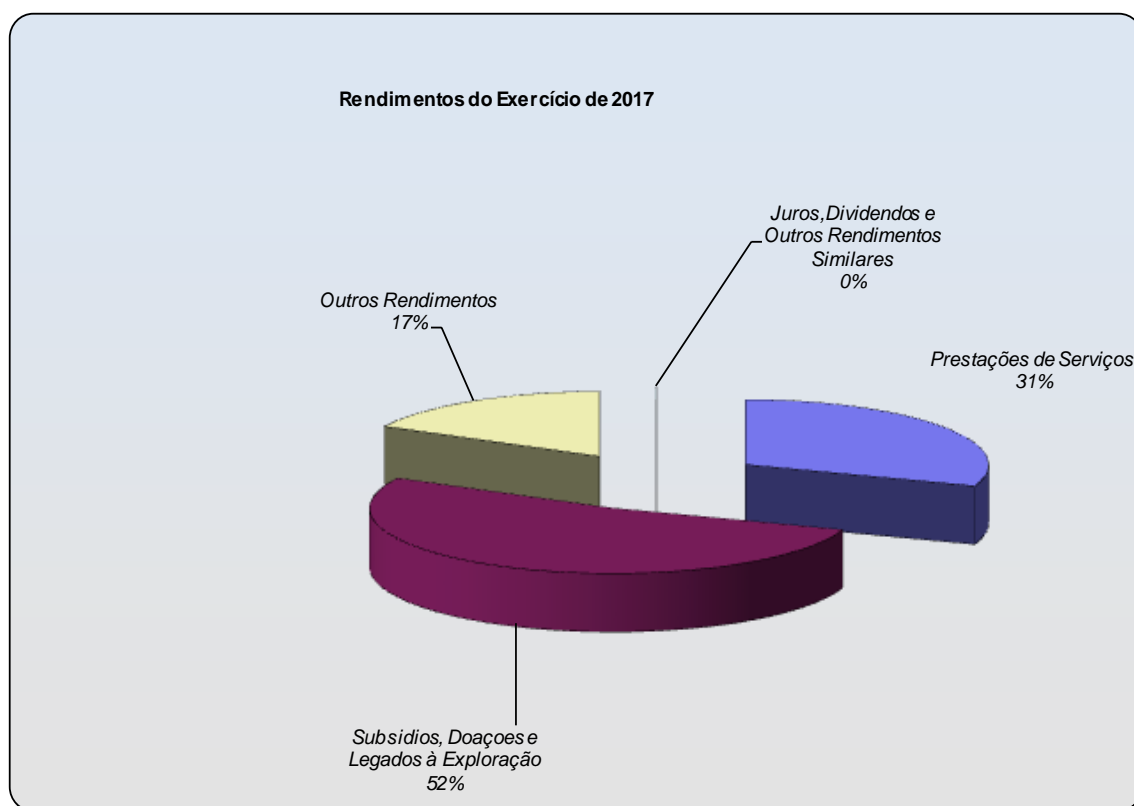
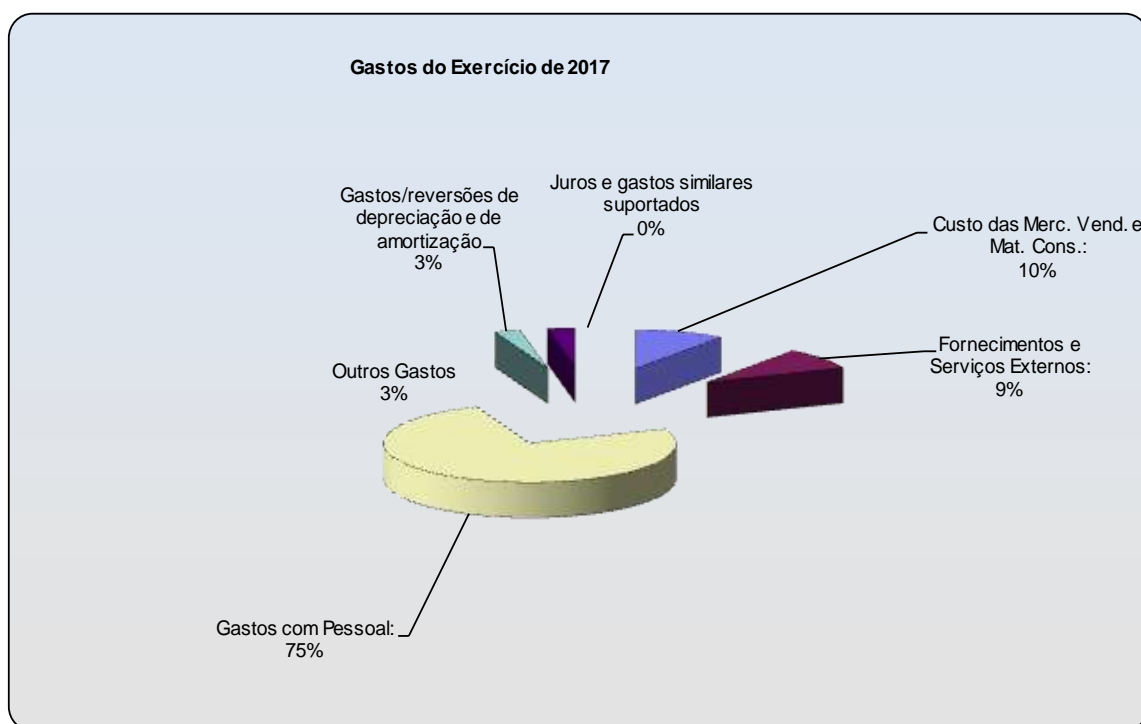
CONTA DE EXPLORAÇÃO resumida (ANO 2016 e 2017)

COD.	GASTOS E PERDAS		
	DESCRIÇÃO	VALORES	
		2017	2016
61	Custo das Merc. Vend. e Mat. Cons.:	252.450,49 €	247.227,91 €
62	Fornecimentos e Serviços Externos:	227.451,98 €	211.772,18 €
63	Gastos com Pessoal:	1.894.967,56 €	1.816.614,10 €
64	Gastos de Depreciação e Amortizações	72.893,08 €	78.279,43 €
65	Perdas por Imparidade	0,00 €	0,00 €
66	Perdas por Redução do Justo Valor	0,00 €	0,00 €
67	Provisões do Período	0,00 €	0,00 €
68	Outros Gastos	76.228,31 €	61.836,05 €
	(A)	2.523.991,42 €	2.415.729,67 €
69	Juros e gastos similares suportados		
	(C)	507,50 €	7.121,65 €
	(E)	2.524.498,92 €	2.422.851,32 €
	Resultado Líquido Previsional	34.683,09 €	22.040,79 €
		2.559.182,01 €	2.444.892,11 €
RENDIMENTOS E GANHOS			
	DESCRIÇÃO	VALORES	
71	Vendas		
72	Prestações de Serviços:	776.896,88 €	748.597,08 €
74	Tabalhos Para a Própria Entidade:	0,00 €	0,00 €
75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1.338.743,26 €	1.303.175,89 €
76	Reversões	0,00 €	0,00 €
77	Ganhos por Aumentos de Justo Valor	0,00 €	0,00 €
78	Outros Rendimentos	443.186,53 €	392.588,95 €
	(B)	2.558.826,67 €	2.444.361,92 €
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares		
	(D)	355,34 €	530,19 €
	(F)	2.559.182,01 €	2.444.892,11 €
	Resultados Operacionais: (B) - (A)	34.835,25 €	28.632,25 €
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-152,16 €	-6.591,46 €
	Resultados Correntes: (F) - (C)	34.683,09 €	22.040,79 €
	Resultado Líquido Previsional: (F-E)	34.683,09 €	22.040,79 €

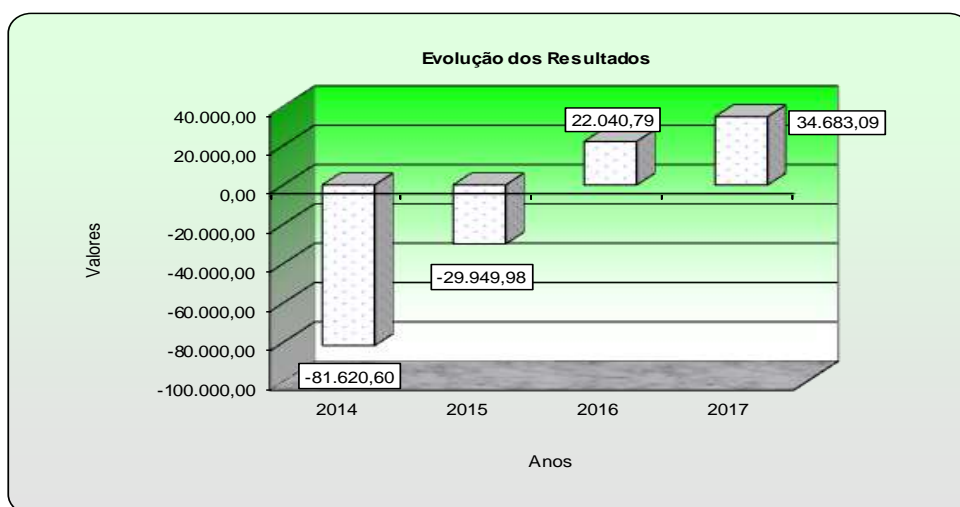
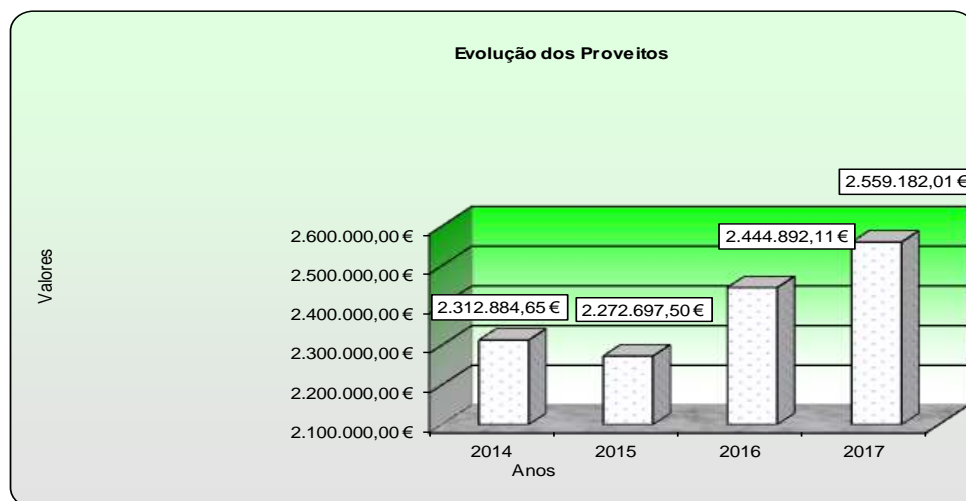
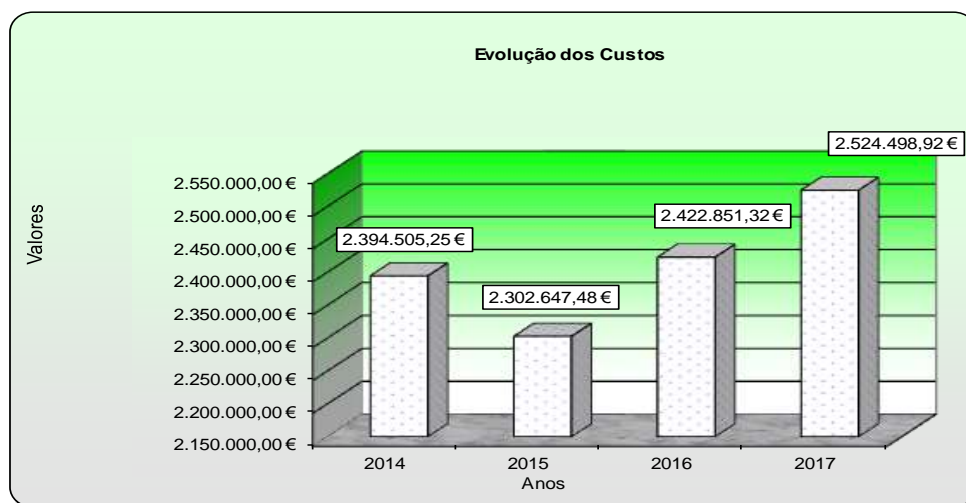
Aprovado a 1 de março de 2018 (VALORES EM EUROS)

A DIREÇÃO

Gráficos de Gastos e Rendimentos do Exercício



Evolução dos Gastos, Rendimentos e Resultados



ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do ano 2017

1 - Identificação

A Beneficente - Póvoa de Varzim é uma entidade sem fins lucrativos constituída sob a forma de IPSS, cujos estatutos foram aprovados no Diário da república nº159 de 12/07/2002, série III, e alterados em conformidade com o preceituado no Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 76/2015, de 28 de Julho, aprovada a alteração em 23/8/2016, com sede na Rua Fernando Barbosa,89 4490-635 Póvoa de Varzim. Tem como atividade e fim principal recolher e educar crianças, colaborando com as famílias na promoção e formação e prestar assistência social, nas diversas valências sendo as valências de creches, jardim-de-infância, Atividades de tempos Livres, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Apoio aos mais carenciados “ Cantina social” e “Balneário”, e ainda poderá alargar a sua atividade à educação, saúde e formação profissional dos cidadãos, resolução dos problemas habitacionais da população carenciada e promoção e proteção da saúde, criando, ainda, Centro de Estudos, com carater instrumental em relação à atividade educativa acima referido, e cujos eventuais resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento dos respetivos fins institucionais.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Em 2017 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRL-ESNL) aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 9 de Março.

No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para as Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;

Normas Interpretativas (NI)

e

Alterado pelo Decreto – Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e pelas portarias nº 218/2015 de 23 de julho (código de contas) e 220/2015 de 24 de julho (demonstrações financeiras) e avisos nº8154/2015 de 29 julho (estrutura conceptual) e 8259/20 15 de 29 julho (normas contabilísticas e de relato financeiro).

A moeda utilizada nas Demonstrações Financeiras é o euro.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os exercícios anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2016.

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Regime do acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Continuidade:

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de apresentação das Demonstrações financeiras com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do Sector não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Consistência

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da qualificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada, nas demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio de continuidade da entidade, as políticas contabilísticas foram consistentes em toda a entidade e ao longo do tempo e de uma maneira consistente.

3.2 - Políticas de reconhecimento e mensuração

Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa significativos e seus equivalentes devem ser comentados. Os valores das rubricas de caixa e de depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados pelo custo de aquisição constante da respetiva fatura, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos atribuídos a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor ou valor indicado pelo doador.

As despesas subseqüentes que a entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimada para cada grupo de bens, tendo por base as taxas máximas de depreciação previstas no decreto regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada(anos)	TAXAS
Terrenos e recursos naturais	-	
Edifícios	50	2%
outras construções	10	10%
Equipamento básico	6	16,66%
Equipamento básico	8	12,50%
Equipamento de transporte	5	20%
Equipamento de transporte	16	6,25%
Ferramentas e utensílios	4	25%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Equipamento administrativo	3	33,33%
Outros Ativos fixos tangíveis	0	

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício que ocorrem.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Propriedades de Investimento

Edifícios que foram doados à Instituição e que não se encontram na atividade da instituição. E pela alteração das políticas contabilísticas no ano 2016 passou para a rubrica de ativo fixo tangível.

Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” (programas de computadores), encontram-se registados pelo custo de aquisição constante da respetiva fatura, deduzidos das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimada tendo por base as taxas máximas de depreciação previstas no decreto regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

Descrição	Vida útil estimada (anos)	taxas
Projectos de Desenvolvimento		
Programas de Computador	3	33,33%
Propriedade Industrial		
...		
Outros Ativos intangíveis		

Investimentos financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), fundo constituído para trabalhadores abrangidos pela lei 70/2013 de 30 Agosto.

Inventários

Os “Inventários” foram valorizados de acordo com o método de custeio o custo médio ponderado de aquisição. Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Quotas de associados que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido, possam a ser exigidas pela entidade pelo que estão registados no ativo, pela quantia realizável.

Créditos a Receber e Outros ativos correntes

Os Créditos a receber de utentes e outros ativos correntes, encontra-se registado pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários”, inclui caixa e depósitos bancários de curto Prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento

passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um Ex fluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecas à obrigação.

Financiamentos Obtidos

Os “*Financiamentos Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos (descoberto Bancário). Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

As locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Se os ativos forem por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido nas Políticas Contabilísticas. E os juros decorrentes são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Caso não se tenha a certeza que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

Dado a Beneficente ser uma IPSS (*Instituição particular de solidariedade social*) está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5- Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações foram desenvolvidas de acordo com o quadro:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 31-dez-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	249.398,95	-	-	249.398,95
Edifícios e outras construções	3.552.168,74	-	1.243,65	-	-	3.553.412,39
Equipamento básico	465.353,25	79,98	(2.206,89)	-	-	463.226,34
Equipamento de transporte	319.640,69	-	-	-	-	319.640,69
Equipamento administrativo	439.895,14	515,00	(2.463,40)	-	-	437.946,74
Outros Ativos fixos tangíveis	321.324,03	-	-	-	-	321.324,03
sub total Total	5.098.381,85	594,98	245.972,31	-	-	5.344.949,14
Activos tangíveis em curso	41.217,28	-	(41.217,28)	-	-	-
Total	5.139.599,13	594,98	204.755,03	-	-	5.344.949,14
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.439.531,80	58.314,12	-	-	-	1.497.845,92
Equipamento básico	431.602,33	10.363,26	(2.206,89)	-	-	439.758,70
Equipamento de transporte	253.274,64	7.737,12	-	-	-	261.011,76
Equipamento administrativo	433.336,56	732,25	(2.463,40)	-	-	431.605,41
Outros Ativos fixos tangíveis	321.349,46	-	-	-	-	321.349,46
Total	2.879.094,79	77.146,75	(4.670,29)	-	-	2.951.571,25
Activos fixos tangíveis						2.393.377,89
Activos fixos tangíveis sem ativos em curso						2.393.377,89

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 31-dez-2016	Aquisições / Dotações	Abates/reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	249.398,95	-	-	-	-	249.398,95
Edifícios e outras construções	3.553.412,39	-	(1.243,65)	-	-	3.552.168,74
Equipamento básico	463.226,34	976,07	(553,20)	-	-	463.649,21
Equipamento de transporte	319.640,69	-	-	-	-	319.640,69
Equipamento administrativo	437.946,74	-	(3.817,52)	-	-	434.129,22
Outros Ativos fixos tangíveis	321.324,03	-	-	-	-	321.324,03
sub total Total	5.344.949,14	976,07	(5.614,37)	-	-	5.340.310,84
Activos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	5.344.949,14	976,07	(5.614,37)	-	-	5.340.310,84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.497.845,92	57.614,76	-	16,72	-	1.555.477,40
Equipamento básico	439.758,70	8.579,20	(553,20)	(1.507,24)	-	446.277,46
Equipamento de transporte	261.011,76	4.885,80	-	(4,26)	-	265.893,30
Equipamento administrativo	431.605,41	680,28	(3.817,52)	(3.410,88)	-	425.057,29
Outros Ativos fixos tangíveis	321.349,46	0,00	-	(86,50)	-	321.262,96
Total	2.951.571,25	71.760,04	(4.370,72)	(4.992,16)	-	3.013.968,41
Activos fixos tangíveis						2.326.342,43
Activos fixos tangíveis sem ativos em curso						2.326.342,43

O ativo tangível em curso, mencionado no quadro de 2016 refere-se a projetos que foram realizados para concretização de investimentos entre 2008 e 2010, e no ano de 2015 estes projetos foram cancelados e no ano de 2016 o valor mencionado na rubrica de ativos tangíveis em curso foi regularizado passando para a rubrica de resultados transitados.

Foi transferido para a rubrica de ativo fixo tangível no ano 2016, o valor que estavam contabilizados em propriedades de investimento, pela alteração das políticas contabilísticas que passou a ser aplicadas retrospectivamente, estando contabilizados na rubrica de terrenos e recursos naturais e em edifícios, tendo em 2017 os edifícios terem sido alienados.

6 - Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 31-dez-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	3.398,49	-	-	-	-	3.398,49
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	3.398,49	-	-	-	-	3.398,49
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	1.132,75	1.132,68	-	-	-	2.265,43
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	1.132,75	1.132,68	-	-	-	2.265,43
Activos fixos intangíveis						1.133,06

31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 31-dez-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	3.398,49	-	-	-	-	3.398,49
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	3.398,49	-	-	-	-	3.398,49
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	2.265,43	1.133,04	-	-	0,02	3.398,49
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	2.265,43	1.133,04	-	-	0,02	3.398,49
Activos fixos intangíveis						-

7 - Custos de empréstimos obtidos:

Os encargos financeiros relacionados com o descoberto bancário são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos:

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	-	-	-	-	-
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	(69,25)	-	(69,25)	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	(69,25)	-	(69,25)	-	-	-

8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica "Inventários", apresenta os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 31-dez-2015	2016			2017		
		Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	1.710,34	4.075,07	-	1.437,98	3.968,74	-	1.090,11
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.570,76	112.708,46	123.855,72	8.254,46	119.634,10	126.668,98	6.423,66
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	16.281,10	116.783,53	123.855,72	9.692,44	123.602,84	126.668,98	7.513,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				247.227,91			
Variações nos inventários da produção				-	252.450,49		

A conta 38 "reclassificação e regularização de inventários", nesta instituição é uma conta onde se contabiliza os donativos em espécie, e pelo inventário permanente é transferido para inventário e deste conforme as necessidades para consumo, quebras ou donativos.

9 - Réditos

Para o período em referência foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	776.896,88	748.597,08
Quotas dos utilizadores	772.793,54	743.640,00
Quotas e Jóias	4.103,34	4.957,08
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
<i>Royalties</i>	-	-
Dividendos	-	-
Total	776.896,88	748.597,08

10. Subsídios do Governo e outros apoios

A 31 de Dezembro, a entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “ Subsídios”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	1.227.902,76	1.160.183,37
Designação do Subsídio Acordo	1.040.004,48	1.026.335,78
Designação do Subsídio RSI	107.608,75	106.654,62
Designação do Subsídio RLIS	79.895,89	27.192,97
Designação do Subsídio PO APMC	393,64	0,00
Apoios do Governo	-	-
Designação do Apoio A	-	-
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	1.227.902,76	1.160.183,37
Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	110.840,50	142.992,52
Doações	-	-
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	110.840,50	142.992,52
Total de Subsídios e apoios	1.338.743,26	1.303.175,89

Na rubrica subsídios de outras entidades, o valor mencionado refere-se ao apoio atribuído pela Camara Municipal para o serviço designado “Sopa dos Pobres”, no valor de 60 000,00€, ao apoio através de protocolo com a junta de freguesia para o serviço de apoio domiciliário, no valor de 10 800,00€, e no âmbito da zona de jogo através do Turismo de Portugal o valor de 23 181,12€ e no âmbito de programas de apoio ao emprego através de medidas do IEFP, o valor de 16 859,38€.

11. Benefícios dos empregados:

O número de membros dos órgãos diretivos, no período, foram, respetivamente 3 membros na Assembleia Geral, 5 membros na Direção e 3 membros no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos da entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Número **médio** de pessoas ao serviço da instituição, em 31/12/2016 foi de 122 e em 31/12/2017 foi de 127 funcionários, os quais estão repartidos por várias áreas, valências e funções, está identificado no ponto 13 q).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários, foi os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.547.067,33	1.492.366,03
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	328.135,58	308.894,88
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10.822,58	10.036,23
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	8.942,07	5.316,96
Total	1.894.967,56	1.816.614,10

O valor mencionado da rubrica, outros gastos com o pessoal, é referente a gastos com indemnizações por despedimento, na medicina do trabalho, vestuário e formação profissional dos colaboradores.

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade, não apresenta dívidas ao estado em situações de mora, nos termos do decreto-lei 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Beneficente no exercício de 2017, pagou de Honorários ao ROC o valor de 3 690,00€.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

No período de 2016 e 2017 a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

a) Investimentos Financeiros

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos (FCT)	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outro Investimento Financeiros	693,29	120,46
outros	-	-
Fundo Compensação do trabalho	693,29	120,46
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	693,29	120,46

b) Fundadores / beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	6.385,08	9.341,04
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	6.385,08	9.341,04
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Quotas	52,20	72,60
...	-	-
...	-	-
Total	52,20	72,60

c) Créditos a Receber

O número de utentes está identificado no ponto 13 p)

Para o período em análise a rubrica “Utente” encontra-se desagregada da seguinte forma.

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c	16.159,16	15.485,73
Clientes		
Utentes	16.159,16	15.485,73
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	16.159,16	15.485,73

d) Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	704,61	0,00
Adiantamentos a Pessoal	-	200,00
Adiantamentos a Fornecedores	651,00	32,20
Devedores por acréscimos de rendimentos	115,89	83,33
...		
Outros Devedores (Rlis)	238.753,57	255.775,79
outros Devedores (iefp)	6.308,87	13.292,06
outros Devedores (camara)	-	-
outros devedores (o. Entidades)	87.453,23	87.341,90
Perdas por Imparidade	-	-
Total	333.987,17	356.725,28

Nesta rubrica o montante de outros devedores (Rlis), é referente ao valor que a Instituição tem a receber, do projeto/protocolo RLIS (Rede Local de Intervenção Social), com vista à concretização de objetivos de Ação Social, na vertente de Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), este projeto tem a duração 3 anos sendo o término em setembro de 2019.

O valor mencionado em outros devedores (iefp), refere-se o valor que falta receber das medidas de apoio à contratação.

O valor mencionado na rubrica, outros devedores (o. Entidades), refere o adiantamento do valor de um terreno (permuta), e ainda não realizada a escritura

e) Deferimentos

Em 31 de Dezembro, a rubrica “Diferimentos” engloba os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
SEGUROS	7.460,77	7.196,09
Outras Despesas com Custo Diferido	7.183,28	7.149,57
Mensalidades	1.418,85	2.038,69
OUTRAS ENTIDADES	0,00	-
Outros rendimentos diferidos	-	-
Total	16.062,90	16.384,35
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades	49.667,81	46.778,03
OUTRAS ENTIDADES	242.280,46	322.176,35
Outros rendimentos diferidos	3.539,34	9.283,73
Total	295.487,61	378.238,11

Nos rendimentos a reconhecer na rubrica “Outras Entidades”, o valor inscrito refere-se ao valor que foi aprovado no projeto RLIS, e que, vêm a ser reconhecidos nos períodos seguintes.

f) Caixa e Depósitos Bancários

A Rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro, encontra-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	235,73	418,54
Depósitos à ordem	2.979,35	31.555,47
Depósitos a Prazo	160.000,00	100.000,00
Total	163.215,08	131.974,01

g) Fundos Patrimoniais

Nos “ Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 31-dez-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	24.592,49	-	-	24.592,49
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	631.994,09	22.040,79	(18.462,38)	635.572,50
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.447.609,00	50.000,00	(65.712,60)	1.431.896,40
Total	2.104.195,58	72.040,79	(84.174,98)	2.092.061,39

O valor mencionado em resultados transitados, refere a transferência de resultados líquidos dos exercício anteriores e na contabilização do valor a devolver à Segurança Social, referente ao programa CLDS, de despesas não aceites.

E o valor mencionado em outras variações patrimoniais, refere-se ao valor transferido de subsídios ao investimento, para a rubrica de Outros rendimentos e a um valor atribuído pela camara Municipal, para apoiar nas obras, no edifício da sede.

h) Fornecedores

O Saldo da rubrica “fornecedores” é discriminada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	62.522,67	67.645,25
Fornecedores títulos a pagar	-	-
adiantamento a fornecedores		
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	62.522,67	67.645,25

i) Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estados e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
IVA - Reembolsos pedidos	1.432,42	2.773,48
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	1.432,42	2.773,48
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Retenção de impostos sobre rendimentos	11.122,50	12.550,50
Contribuições para a Segurança Social	39.324,47	42.466,63
Outras tributações	62,32	55,20
Total	50.509,29	55.072,33

j) Outras dívidas a pagar

A rubrica “Outras dívidas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
	-		-	
Fornecedores de Investimentos	19.972,21		19.972,21	
	-		-	
	-		-	
Total	19.972,21	-	19.972,21	-
Total corrente e não corrente		19.972,21		19.972,21

Os valores mencionados como passivo, não corrente, “Outras dívidas a pagar” refere o valor de fornecedores de investimento referente a uma garantia pela caução de obras no edifício sede, (obra MASES terminada em 2012), a qual ainda não foi restituída devido a obra estar com incorreções.

k) Outros passivos correntes

A rubrica “outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	267.051,83	-	256.277,35
Remunerações a liquidar (ferias e subs.ferias)	-	267.051,83	-	256.277,35
	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos (agua pt,etc)	-	5.660,81	-	7.482,30
Adiantamentos Creditos a receber(Utentes)		23.518,45	-	23.643,52
Outros credores (prest. Serv.)		-		594,30
Outros credores (Entidades)		20.202,50	-	1.773,40
Remunerações a pagar				-
Total	-	316.433,59	-	289.770,87

Na rubrica “Outros credores”, consta o valor a devolver à segurança social, pelo facto de não ter aceiteado algumas despesas em relação ao projeto CLDS, que terminou em 2012.

l) Fornecimento e serviços externos

A Repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos em análise, são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	69.260,46	60.212,33
Materiais	27.768,34	21.133,34
Energia e fluidos	97.212,42	100.520,38
Deslocações, estadas e transportes	135,80	183,85
Serviços diversos (*)	32.811,86	29.318,14
seguros	9.411,91	10.287,28
Comunicação	13.488,22	14.445,80
Prod ,Hig. Conforto	4.090,16	3.898,06
Encargos saude utentes	263,10	404,14
Vestuário utentes	-	-
Outros	-	-
Total	227.451,98	211.772,18

m) Outros rendimentos

A rubrica de “Outos rendimentos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	260.002,85	244.830,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	467,40	195,30
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Rendimentos em inventários	-	-
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(0,00)	3.370,33
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos em investimentos não financeiros	53.904,81	4.746,00
Outros rendimentos	128.811,47	139.447,20
de várias entidades	5.079,55	1.229,10
da segurança social	29.696,94	33.840,72
Imputação de subsídios para investimentos	65.712,60	65.712,60
Benefícios de Penalidades Contratuais	688,48	-
Restituição de impostos	3.014,95	2.773,45
Donativos	21.420,48	31.982,83
RENDA PERPETUA	-	3.596,77
Outros	3.198,47	311,73
Total	443.186,53	392.588,95

O valor mencionado na rubrica de “Rendimentos Suplementares”, refere-se a donativos em espécie e ao valor atribuído pela Instituição no subsídio de refeição aos colaboradores, pelo motivo de ser realizado a confeção na instituição.

O valor citado na rubrica de rendimentos em subsidiárias, associadas, no ano 2016, refere-se a angariação de fundos por iniciativas, o correspondente a este valor em 2017, foi classificada em outros rendimentos.

Na rubrica “Outros rendimentos”, o valor escriturado é referente a regularizações de exercícios anteriores.

O valor inscrito na designação “da segurança social”, é referente, à compensação financeira do diferencial remuneratório 2015/2016 da educação pré-escolar.

Na designação, “restituição de impostos”, é referente à recuperação do valor de iva em alimentação conforme foi aprovado no orçamento de estado, que as IPSS que podiam recuperar o Iva na Alimentação em 50%. E o valor mencionado em “Outros” refere-se ao valor angariado por iniciativas.

n) Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos ” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos (IMI e Taxas)	3.101,33	1.088,99
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	3.432,89	2.407,50
Perdas em inventários	19.568,53	14.172,31
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos	50.125,56	44.167,25
Correcções relativas a períodos anteriores	683,88	166,67
Quotizações	534,00	534,00
Ofertas e amostras de inventários	257,08	41,56
Multas e Penalidades	-	150,00
FRSS Fundo Rest. social	-	-
DONATIVOS EM DINHEIRO	89,00	89,00
DONATIVOS EM ESPECIE	48.561,60	43.186,01
Total	76.228,31	61.836,05

Na rubrica “impostos”, está escriturado o valor do IMI, de terrenos da Instituição não afetos à atividade, sendo os terrenos, das moninhas e da mariadeira, e ao valor referente a taxas de custas judiciais, de inspeção a elevadores e de taxas com as medidas de autoproteção contra e incêndio.

O valor mencionado na rubrica dívidas incobráveis, refere-se a utentes e sócios que deixaram de pagar, e por várias tentativas de cobrança e sem sucesso, levou-se a incobráveis.

O valor escriturado em perdas em inventário, é referente aos bens doados de alimentação que não estão em condições de consumo.

O valor Inscrito em “Outros Gastos”, é referente a correções de exercício anteriores, a quotas pagas ao banco alimentar e UDIPSS, e ao valor de donativos em espécie atribuídos a pessoas carenciadas.

o) Resultados Financeiros

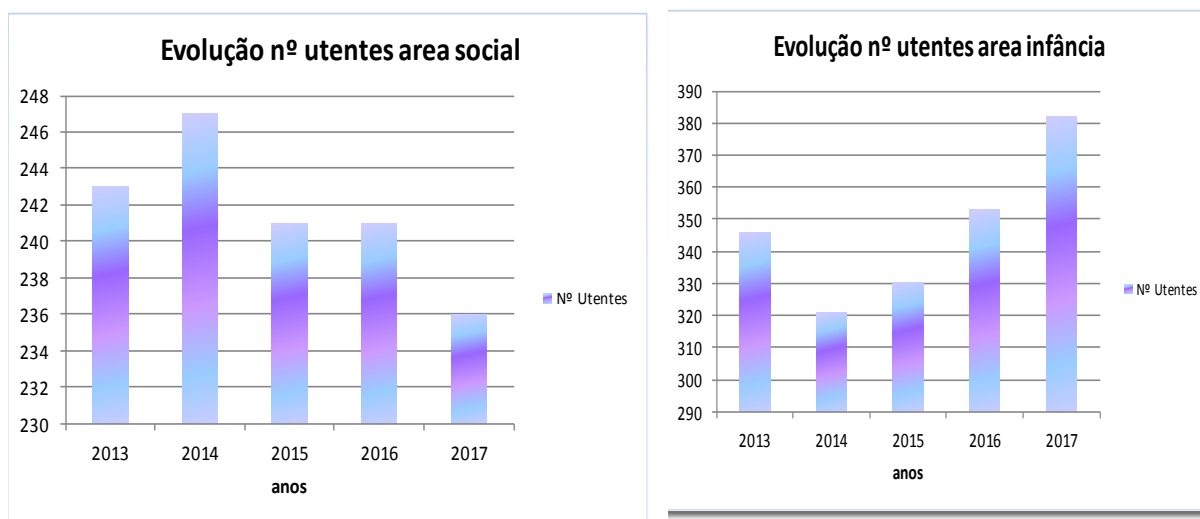
Nos períodos em análise foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(507,50)	(7.121,65)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	(507,50)	(7.121,65)
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	355,33	530,19
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	355,33	530,19
Resultados financeiros	(152,17)	(6.591,46)

p) Número médio de utentes por valência

Valências	Número médio utentes	Número médio utentes	Número médio utentes	Número médio utentes	Número médio utentes
	2013	2014	2015	2016	2017
Refeitório/Cantina Social	97	96	86	82	79
Centro de Dia	42	43	45	45	43
Apoio Domiciliário	90	92	89	91	92
Balneário	14	16	21	23	22
A .T .L. - Sede	0	0	0	0	0
A .T .L. - Pires Quesado	62	54	55	54	53
A .T .L. 2ºcl- Pires Quesado			19	19	24
Creche Nossa Sr.ª da Conceição	29	35	34	39	36
Creche Santo António	20	21	20	27	28
Creche Pires Quesado	40	41	41	41	39
Jardim Escola Pires Quesado	112	89	92	97	101
Jardim Escola St.º António	83	81	88	95	102
Total	589	568	590	613	619

No exercício de 2017, as valências que tiveram um maior aumento de utentes foi os jardins de infância e o ATL 2º ciclo.



q) Número de pessoas ao serviço na instituição

A Instituição teve ao serviço cerca de 127 funcionários no quadro de pessoal no exercício de 2017, no final do exercício o quadro de pessoal apresenta 125 funcionários, os quais estão repartidos por várias áreas, valências e funções.

Área de Infância

Edifício Monsenhor Pires Quesado

Jardim Infância - Pré-escolar

4 Educadoras
5 Ajudantes da ação educativa
2 Trabalhadoras auxiliares

Creche

3 Educadoras
7 Ajudantes da ação educativa
1 Trabalhadoras auxiliares

ATL 1º CL

1 Professora do 2º e 3º cl
1 Professora do 1º cl
2 Animadora cultural

CAE/ATL 2º CL

1 Professora do 2º e 3º cl
1 Trabalhador auxiliar

Pessoal comum às várias valências

- 1 Educadora com funções de Coordenação técnica
- 1 Cozinheira
- 3 Ajudante de cozinha
- 2 Trabalhadoras auxiliares a desempenhar funções na cozinha
- 1 Lavadeira

Edifício Santo António/ Edifício António Quintas/ Edifício Nossa Senhora da Conceição

Jardim Infância - Pré-escolar

- 4 Educadoras
- 4 Ajudantes da ação educativa
- 5 Trabalhadoras auxiliares
- 1 Ajudante de cozinha

Creche

- 5 Educadoras
- 7 Ajudantes da ação educativa
- 4 Trabalhadoras auxiliares

Pessoal comum às valências do edifício Santo António e edifício António Quintas

- 1 Educadora com funções de coordenação técnica
- 1 Trabalhador auxiliar

Área Social

Edifício Sede

Centro de Dia

- 1 Assistente social com acumulação de animadora e coordenação técnica
- 3 Ajudantes da Ação Direta
- 2 Trabalhadoras auxiliares

Serviço de Apoio Domiciliário

- 1 Assistente social com acumulação de coordenação técnica da SAD e Cantina Social
- 1 Assistente social
- 13 Ajudantes de Ação Direta

Refeitório/Cantina Social/Balneário

- 1 Empregada de refeitório
- 1 Trabalhadora auxiliar

Pessoal comum às várias valências

- 1 Cozinheira
- 3 Ajudantes de cozinha
- 2 Trabalhadoras auxiliares
- 1 Trabalhadora auxiliares a desempenhar funções na cozinha e refeitório
- 1 Encarregada de serviços gerais a desempenhar funções na lavandaria

Pessoal comum afeto a toda a Instituição

Serviços Administrativos e Financeiros

- 3 Contabilistas a exercerem funções na área de compras, contabilidade e financeira
- 1 Chefe de secção
- 1 Técnica de Recursos Humanos
- 1 Psicóloga
- 4 Escriurárias
- 1 Despenseira
- 1 Empegado Armazém
- 1 Porteiro
- 3 Motoristas
- 1 Trabalhadora auxiliar

Nota:

A Beneficente tem duas cozinhas em funcionamento, estando assim repartidas:

A cozinha do edifício Sede serve refeições à área social e aos funcionários.

A cozinha do edifício Monsenhor Pires Quesado serve refeições à área de infância e juventude do próprio edifício, ao jardim Santo António e à creche do edifício António Quintas e creche N^a Senhora da Conceição.

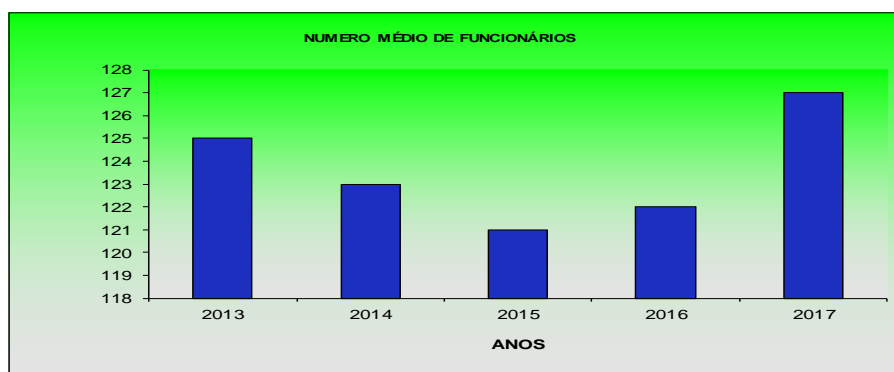
Pessoal afeto ao protocolo do RSI

- 2 Assistente Social
- 1 Educadora Social
- 1 Psicóloga
- 2 Ajudantes de Ação Direta

Pessoal afeto ao Protocolo do RLIS

- 1 Técnica de serviço Social – coordenadora do projeto afeta a 50% projeto
- 1 Técnica de Educação Social
- 1 Assistente social
- 1 Psicóloga

Evolução do Quadro de Pessoal



O aumento do número de funcionários no ano 2017, tem a ver com as candidaturas aos programas do IEFP, em que, pela necessidade de pessoal por baixas médicas, prolonga-se até ao fim do prazo do programa.

A Instituição também no exercício de 2017, teve 13 técnicos a lecionar atividades extra curriculares às crianças da Instituição.

Sendo essas atividades (Funk, Música, Inglês, Natação, Ballet, Karaté, Futebol, yoga, teatro e Ginástica no Centro de Dia)

Serviços contratados por exigências legais

ROC - Revisor oficial de contas, conforme DL nº 64/2013 de 13 de maio, que define os critérios de sujeição à certificação legal das contas.

Nutricionista - profissional qualificado para traduzir informação científica sobre alimentos e nutrição em conselhos práticos com o objetivo de melhorar a saúde das pessoas.

Medicina do Trabalho - Este serviço é prestado, aos funcionários.

HST- Higiene e segurança no Trabalho

Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 são aprovadas pela Assembleia geral em 26 de Março de 2018.

Póvoa de Varzim, 1 de março de 2018

O técnico Oficial de contas

A Direção

Parecer do Órgão de Fiscalização

Em cumprimento dos Estatutos e demais legislação em vigor, este Órgão de fiscalização reuniu com a periodicidade legal e estatutária de forma a acompanhar, tanto quanto lhe foi possível, a atividade da associação durante o ano de 2017. Tal como lhe compete, procedeu à análise do Relatório de Gestão e das Contas apresentadas pela Direção, verificando que ambos os documentos dão a conhecer os valores da atividade desenvolvida no período. A gestão cumpriu tanto quanto possível o preconizado no Plano de Ação e a conta de exploração apresenta valores mais favoráveis que o previsto no orçamento, gerando um resultado positivo de 34.683,09 euros. Não foram realizados investimentos por falta de meios financeiros. Contudo, foram realizadas despesas de conservação e reparação em instalações, equipamentos e viaturas indispensáveis ao funcionamento diário da Associação, no valor de 21.224,32 euros. Este Conselho concorda com a proposta da Direção de aplicação de resultados, na totalidade, à conta de “Resultados Transitados”.

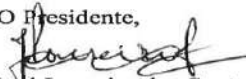
Finalmente, os documentos apresentados estão corretamente elaborados e os valores neles expressos traduzem com realismo e cautelar prudência a verdadeira situação financeira e patrimonial de “A Beneficente”.

Assim, somos de Parecer:

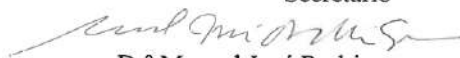
1. Que os senhores associados aprovem o Relatório e Contas referente ao exercício de 2017;
2. Que aprovem a proposta da Direção para aplicação dos resultados do exercício.

Póvoa de Varzim, 2 de março de 2018

O Presidente,


Dr.º José Loureiro dos Santos

Secretário


Dr.º Manuel José Rodrigues

Relatora


Dr.ª Maria-Isabel Borges da Costa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Oscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
 Inscrição n.º 110
 Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **A Beneficente - Associação de Solidariedade Social** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2017 (que evidencia um total de **2.871.791** euros e um total de fundos patrimoniais de **2.126.744** euros, incluindo um resultado líquido de **34.683** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de direção pelas demonstrações financeiras

O órgão de direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.



Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da Direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório da Direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 5 de Março de 2018

Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, SROC
representada por



José Carlos Canedo Gonçalves da Mota
(Insc. n.º 767)

Colabore com a Beneficente

Consigne a esta Instituição 0,5% do seu IRS e 15% do IVA Suportado.

11	CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO		
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS			
Instituições religiosas (art.º 32, n.º4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input type="checkbox"/>	1101	NIF 501 406 271
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input checked="" type="checkbox"/>		
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)	<input type="checkbox"/>	1102	
Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)	<input type="checkbox"/>	1103	

Ao preencher a sua próxima declaração de rendimentos de IRS indique o número de contribuinte de A Beneficente – **501 406 271** – no quadro 11 do modelo 3 da sua declaração, conforme quadro acima.

Com este gesto simples, sem custos ou perda para si, está a ajudar a Beneficente a servir melhor os mais necessitados, levando o Estado a retirar 0,5% do IRS e 15% do IVA do imposto que lhe liquida e a entregá-lo a esta Instituição.

Sem despesas para si, basta fazer uma cruz!

As crianças e os idosos de A Beneficente agradecem a sua contribuição.

CORPOS SOCIAIS - 2016/2019

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. Valdemiro Laiete Maia
1º Secretário: Dr. Carlos Alberto Santos Costa
2º Secretário: Dr. José Alberto Linhares Vieira

DIRECÇÃO

Presidente: Dr. Rui António Lima Quintas
Vice-presidente: Dr. Jorge Manuel Vasconcelos Tavares Moreira
Secretário: Dr. Fernando José da Fonseca Leitão
Tesoureiro: Fernando António Couto Campos
Vogal: Leonardo Raul Machado Carreira

Suplentes: Dr.ª Teresa Inês de Castro Lopes Quintas
Dr. Nuno Manuel Gomes de Sá Maia
Dr. Jorge Manuel de Guimarães Caimoto

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr. José Loureiro dos Santos
Secretário: Dr. Manuel José Rodrigues
Relator: Dr.ª Maria Isabel Borges da Costa

Suplentes: Leopoldino Fernandes Novo
Dr. Manuel Abílio Rodrigues Azevedo
Dr.ª Isabel Maria Rodrigues Pinto Moreira